



# Relatório e Contas 2012

## ÍNDICE

Relatório do Conselho de Administração .....	3
Demonstrações Financeiras .....	17
Anexos às Demonstrações Financeiras .....	24
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal .....	102
Certificação Legal de Contas .....	105
Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário .....	108
Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização .....	116

Relatório  
Do  
Conselho de Administração

**Exmos. Senhores,**

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2012.

## **Envolvente macro-económica**

### **Economia Internacional**

A economia mundial desacelerou de forma mais pronunciada do que o esperado, em 2012, fruto de uma mais profunda deterioração dos agentes económicos, na sequência (i) do agravamento da crise da dívida soberana, na zona euro, e seu contágio à economia mundial e, em simultâneo, (ii) com os receios associados ao “precipício orçamental”, nos EUA. Acrescem ainda os efeitos relacionados com a instabilidade geopolítica em várias regiões do Globo.

A tendência de desaceleração foi relativamente uniforme ao longo do ano, em termos de variação homóloga, com uma desaceleração progressiva das taxas de crescimento do PIB, de forma generalizada. O abrandamento da actividade seria mais visível no segundo semestre do ano, em especial na Europa, com o contágio da crise da dívida soberana a afectar os países “core”, juntamente com o impacto da desaceleração dos mercados emergentes.

No final do ano, eram visíveis diferentes dinâmicas de crescimento, com a zona euro em situação recessiva, fruto do agravamento da crise, enquanto os EUA recuperavam o potencial de crescimento. Nos mercados emergentes, as indicações são ainda de estabilização do crescimento, em ritmos abaixo da média histórica.

<b>Crescimento Económico Mundial</b>			
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Mundo</b>	<b>5,1</b>	<b>3,9</b>	<b>3,2</b>
<b>Países Avancados</b>	<b>3.0</b>	<b>1.6</b>	<b>1.3</b>
EUA	2.4	1.8	2.3
UEM	2.0	1.4	-0.4
Reino Unido	1.8	0.9	-0.2
Japão	4.5	-0.6	2.0
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>7.4</b>	<b>6.3</b>	<b>5.1</b>
África	5.3	5.3	4.8
Ásia	9.5	8.0	6.6
China	10.4	9.3	7.8
Europa de Leste	4.6	5.3	1.8
Médio Oriente	5.0	3.5	5.2
América Latina	6.2	4.5	3.0
Brasil	7.5	2.7	1.0

Fonte: FMI (Janeiro de 2013)

Os mercados emergentes foram particularmente afectados pela desaceleração, com o crescimento a cair abaixo da média dos últimos anos, uma tendência mais visível no Brasil. Isso foi o resultado das políticas restritivas adoptadas no passado, para evitar os riscos de sobreaquecimento e controlar potenciais bolhas de crédito, a que acresceram os impactos da moderação da procura por parte das economias desenvolvidas.

Nos EUA, o crescimento económico permaneceu moderado, tendo mesmo registado uma ligeira desaceleração durante o período do Verão, com o desemprego a estabilizar cima de

8%, muito acima da média dos últimos anos e dos níveis considerados como consistentes com o pleno emprego (cerca de 6%, de acordo com o consenso de mercado). No 4º trimestre, a Reserva Federal fez depender ainda mais a política monetária da evolução do mercado de trabalho, apesar da descida da taxa de desemprego para 7,8%. Este nível é considerado muito elevado, sendo o nível “natural” estimado em redor de 6,5%. Assim, comunicou que as taxas de juro de referência deverão permanecer em mínimos históricos até 2015, e anunciou um reforço do seu programa de aquisição de dívida pública (*quantitative easing*), ao abrigo do qual adquire um adicional de 45 mil milhões de dólares por mês, ao qual acresce a aquisição de 40 mil milhões de créditos hipotecários titularizados, também em base mensal.

No Reino Unido, o crescimento económico também foi débil, apenas beneficiando pontualmente dos efeitos positivos do Jubileu da Rainha Isabel II e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Procurando apoiar a recuperação da actividade, no contexto de políticas orçamentais restritivas, o Banco de Inglaterra manteve as taxas de juro de referência em mínimos históricos (0,5%) e ampliou o seu programa de *quantitative easing* para 375 mil milhões de libras esterlinas.

Na zona euro, a confiança económica deteriorou-se, fruto das sucessivas ondas de choque associadas à crise da dívida soberana. Embora, numa fase inicial, confinadas aos agora designados países “periféricos, essas ondas de choque transmitiram-se aos países “core”, assim como a outras regiões geográficas e económicas, como mencionado anteriormente.

Esse aumento da incerteza materializou-se numa redução da despesa, a nível generalizado, com uma queda do consumo privado e do investimento.

	PIB	Inflação
<b>UEM</b>	<b>-0,4</b>	<b>2,5</b>
Alemanha	0,9	2,1
França	0,2	2,2
Espanha	-1,4	2,4
Itália	-2,1	3,3

Fonte: FMI (Janeiro de 2013)

A zona euro terminaria, deste modo, o ano de 2012 em recessão, com as perspectivas a sinalizarem a continuação de ritmos deprimidos de actividade até ao 2º semestre de 2013, quando se poderia começar a iniciar uma recuperação gradual da actividade.

O contágio acentuou-se ainda no 1º trimestre, com a crise a estender-se a Espanha e Itália, reflectindo-se numa subida das taxas de juro exigidas pelos investidores nos vários leilões de dívida pública, de curto e de longo prazo.

Em Espanha, as tensões agravaram-se após o Governo ter revelado, por um lado, que o défice orçamental de 2011 foi mais elevado do que o previsto inicialmente, devido à derrapagem da despesa nas comunidades autónomas, e, por outro lado, que o ritmo de consolidação seria mais gradual do que o inicialmente antecipado.

No âmbito de um programa de apoio financeiro para a reestruturação e recapitalização do sector, os resultados finais da auditoria confirmaram necessidades de capital de 59,3 mil milhões de euros, dentro da estimativa inicial. Os bancos Santander, BBVA e LaCaixa não têm necessidades de recapitalização, e o Banco Popular concluiu esse processo, com recurso a fundos privados.

Na Grécia foi concluído o programa de reestruturação da dívida pública grega (“PSI – private sector involvement”), no qual a esmagadora maioria dos investidores privados aceitou os

termos de troca, com uma perda associada equivalente a 53,5% do valor nominal (cerca de 75% do valor investido) e que, por um lado, desbloqueou a aprovação de um segundo pacote de resgate, no montante de 130 mil milhões de euros, e, por outro, deverá contribuir para que a dívida pública grega, em percentagem do PIB, possa reduzir-se até 124% em 2020.

No final do ano, foi finalmente aprovado o novo programa de apoio à Grécia, no âmbito do qual foram adoptadas novas medidas de apoio que reduzem substancialmente os riscos de saída, a curto prazo, pela Grécia da zona euro.

As autoridades europeias adoptaram um conjunto de medidas de apoio económico, visando apoios de mais curto prazo, enquanto são adoptados mecanismos estruturais de resolução da crise.

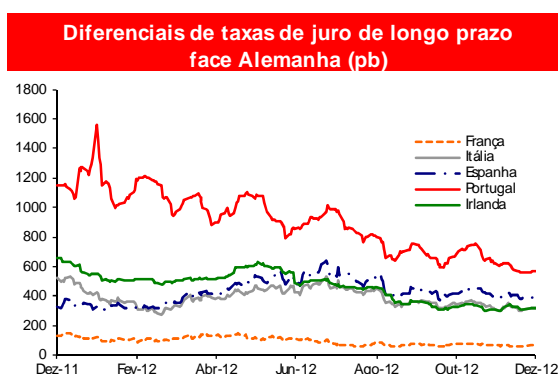
O BCE, em reacção aos sinais de agravamento da recessão europeia, desceu as taxas de juro de referência, colocando a principal taxa de cedência de liquidez em 0,75%, e a taxa de depósito em 0%, o que se reflectiu numa descida das taxas de juro de mercado. Ainda assim, o BCE reconhece que estas medidas deverão ter um impacto limitado sobre a economia europeia.

Ao longo de todo o ano, o BCE manteve a cedência ilimitada de liquidez ao sistema bancário europeu. No conjunto das duas operações de muito longo prazo foram tomados fundos no montante de 1.019 milhares de milhões de euros. Uma parte significativa destes fundos foi pedida por motivos de precaução. Assim, o montante de depósitos junto do BCE foi bastante elevado, de 665 milhares de milhões de euros.

Este maior volume de depósitos junto do BCE teve como efeitos uma descida pronunciada das taxas de juro de curto prazo. A taxa de juro Eonia, que reflecte a taxa média das operações do *overnight* realizadas no mercado interbancário europeu, caiu para cerca de 0,07%.

A elevada volatilidade continuou a dominar a evolução dos principais mercados financeiros, num contexto de elevada aversão ao risco. Um reflexo importante ocorreu nos mercados de dívida pública, com um alargamento de *spreads* de crédito para novos máximos históricos, tendo o respectivo pico ocorrido no Verão, para as taxas de juro espanholas e italianas, quando a incerteza sobre a situação orçamental e financeira atingia o seu clímax.

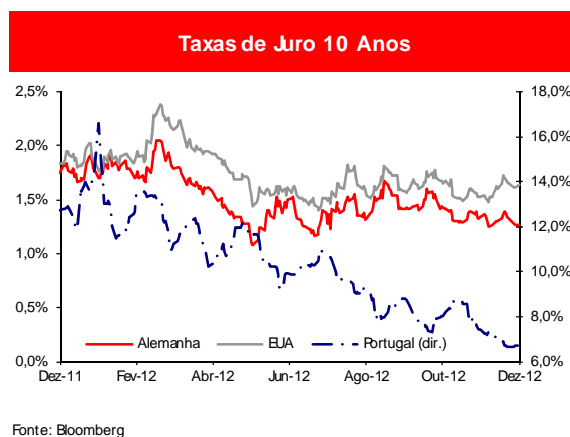
O alargamento dos *spreads* reflectiu também a forte procura de dívida pública de mercados "core", em particular da Alemanha, que, para os prazos mais curtos (até dois anos), chegou a registar taxas de juro negativas.



Fonte: Bloomberg

Os *spreads* de Portugal face à Alemanha registaram uma evolução diferenciada, tendo atingido o ponto máximo no início do ano. No final de 2012, o *spread* a 10 anos situava-se abaixo dos 600pb, caindo posteriormente para cerca de 500pb durante o mês de Janeiro de 2013.

As *yields* portuguesas, no final do ano, situavam-se já abaixo dos verificados em Abril/Maio de 2011, quando do pedido e posterior negociação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.



Nos EUA, a evolução das taxas de juro de longo prazo caracterizou-se pela observação de níveis mínimos históricos, em redor de 1,5%. A intervenção da Reserva Federal nos mercados de dívida pública – efectiva e antecipada pelos investidores – continuou a suportar as *yields* em níveis abaixo dos que seriam consistentes com os elevados défices orçamentais e com a própria dinâmica da dívida pública, que já ultrapassa os 100% do PIB. A aversão ao risco, em especial de activos denominados em euros, e as fracas perspectivas económicas, com inflação controlada, foram factores adicionais de relevo.

A evolução das principais taxas de câmbio continuou a reflectir a percepção pelos investidores quanto aos desenvolvimentos na Europa, no que concerne à crise da dívida soberana.

O euro, durante o Verão, quando a incerteza atingiu o seu ponto mais elevado, caiu para cerca de 1,20 dólares, replicando os mínimos de 2010 (assim como níveis de 2006).

Em termos de taxa de câmbio efectiva (considerando as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro), houve uma depreciação para o nível mais fraco desde 2002.

Os mercados accionistas globais registaram uma tendência diferenciada, com a Europa a registar desvalorizações acentuadas, em linha com o agravamento da crise da dívida soberana, enquanto os demais mercados registaram sistematicamente ganhos face ao final de 2011.

No final do ano, e no quadro da diminuição da aversão ao risco, os mercados accionistas fecharam em terreno positivo. Na Europa, e como nos demais mercados financeiros, a inversão ocorreu após o compromisso assumido pelo Presidente do BCE na defesa da União Económica e Monetária Europeia.

Em Portugal, os mercados recuperaram no final do ano, fruto da conjugação de vários factores, a destacar: (i) a conclusão do processo de recapitalização pelos principais bancos do sistema; (ii) a redução das expectativas de extensão ou renegociação do Programa de Ajustamento; (iii) a operação de troca de dívida realizada pelo Tesouro português. Neste âmbito, o sector bancário recuperou dos mínimos verificados durante o segundo trimestre do ano.

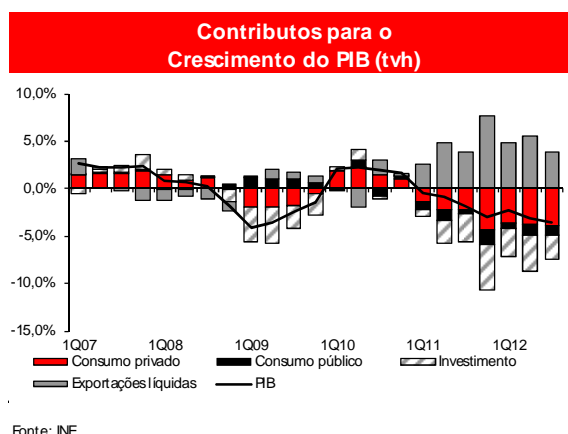
A debilidade da procura, no contexto da desaceleração da economia mundial, resultou numa descida dos preços das matérias-primas, face aos máximos que tinham sido registados no ano anterior.

Os preços dos cereais reflectiram uma evolução diferente, com uma subida, já que uma situação de seca mais pronunciada em 2012 afectou a produção em alguns dos principais produtores.

O ouro continuou a reflectir o seu papel de activo refúgio num quadro de elevada aversão ao risco, tendo observado os máximos do ano, em redor de 1.800 dólares por onça, no Verão, quando a incerteza sobre a zona euro estava no ponto máximo.

## Economia Portuguesa

A actividade económica agravou a conjuntura recessiva em 2012, com o PIB a contrair 3,0%, no conjunto do ano. Esta evolução esteve em linha com as previsões de consenso, realizadas logo no início do ano, embora os contributos das diferentes componentes da procura agregada acabassem por ser substancialmente diferentes: a contracção da procura interna foi mais pronunciada, em especial ao nível do consumo privado; as exportações líquidas tiveram um maior contributo para o crescimento económico, fruto de um mais rápido crescimento das exportações para mercados extra-comunitários.



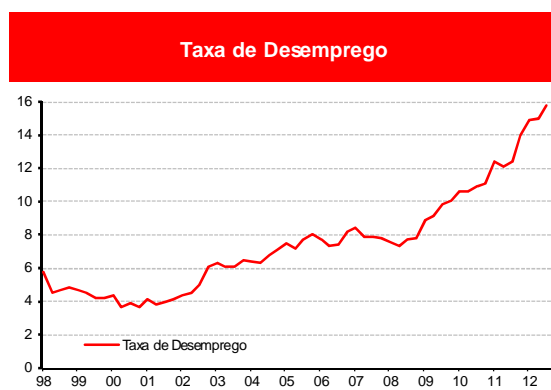
A contracção mais pronunciada do consumo privado reflecte a conjugação de três grandes factores. Por um lado, a subida do desemprego, que terá terminado o ano de 2012 acima de 16%, um máximo histórico absoluto. Em segundo lugar, por uma alteração dos padrões de consumo, decorrentes do aumento do IVA, com as famílias a focarem a sua despesa de consumo em bens mais baratos (como, por exemplo, marcas brancas) e reduzindo o volume de despesa em serviços considerados como não essenciais (por exemplo, alimentação fora de casa). Também a procura de bens de consumo duradouro, em especial de veículos automóveis, registou uma contracção bastante pronunciada. Por último, as famílias aumentaram a poupança por motivos de precaução, mesmo num contexto de redução do rendimento disponível, tendo a taxa de desemprego subido para máximos da década, em 16,2%. O aumento do desemprego e os receios de que mais difícil execução orçamental pudesse exigir uma nova sobretaxa sobre um dos subsídios explicam a moderação do consumo.



Dados Macroeconómicos			
	2010	2011	2012 E
<b>PIB</b>	<b>1,9</b>	<b>-1,6</b>	<b>-3,0</b>
Consumo Privado	2,5	-3,8	-5,5
Consumo Público	0,1	-4,3	-4,5
Investimento	1,4	-13,8	-14,4
Exportações	10,2	7,2	4,1
Importações	8,0	-5,9	-6,9
Inflação média	1,4	3,6	2,8
Desemprego	9,5	12,8	15,5
Défice público (% do PIB)	10,1	4,2	5,0
Dívida pública (% do PIB)	93,3	108,1	120,0
BTC (% do PIB)	-9,4	-5,8	-0,1

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta, FMI

O investimento, por seu lado, terá continuado a reduzir-se, ainda que de forma diferenciada entre sectores. A despesa de capital em construção continuou a contrair de forma pronunciada. O investimento que não em construção, apesar de continuar a contrair, está, no final do ano, a moderar o ritmo de redução.



Fonte: INE

As exportações líquidas continuaram a ser o motor da economia, embora em progressiva desaceleração ao longo do ano. O mencionado agravamento da crise na zona euro está a resultar numa deterioração da conjuntura económica, com a conseqüente moderação da procura externa. As exportações portuguesas estão a desacelerar, em especial as destinadas à Europa.

Em linha com a tendência recente, o défice comercial tem vindo a reduzir-se de forma sustentada. O Banco de Portugal, no Boletim Económico de Inverno, antecipa que a balança de bens e serviços tenha registado um excedente de 0,3% do PIB em 2012. Este saldo, no 3T2012, foi já positivo, o que ocorre pela primeira vez desde 1996, e revela que o ajustamento do desequilíbrio externo está a ser muito mais rápido do que o assumido pelo FMI, no cenário base do programa de ajustamento. E este ajustamento é tanto mais notável quanto ocorre sem uma desvalorização cambial, directa ou por via fiscal.

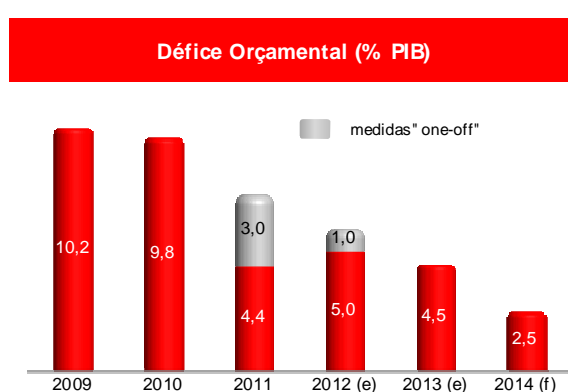
No primeiro trimestre do ano terminou a vertente 3 do *Special on-site Inspection Programme* ao sistema bancário nacional, conduzido pelo Banco de Portugal juntamente com auditores externos. Esta vertente analisou a qualidade das metodologias e sistemas de *stress test* utilizados pelos bancos nacionais, concluindo que duas das instituições (entre as quais a Santander Totta SGPS, accionista da Santander Totta Seguros), tiveram avaliação máxima, com metodologias claramente apropriadas.

No final de Janeiro de 2013, foi concluído o programa de recapitalização do sector bancário, tendo o aumento de capital pelas instituições envolvidas sido de 9,3 mil milhões de euros.

Concluída a sexta avaliação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, pelas três instituições internacionais FMI/CE/BCE, foi reafirmada a conclusão anterior, de que o Programa está em curso e em linha com o esperado.

Devido aos desafios existentes, a avaliação pelas instituições internacionais concluiu que a meta orçamental de 4,5% do PIB para 2012 exigiria medidas adicionais que poderiam agravar ainda mais a conjuntura recessiva.

Neste contexto, as metas orçamentais foram revistas em alta, com o novo objectivo de défice para 2012 a fixar-se em 5,0% do PIB (mas dependente de medidas extraordinárias do lado da receita). Para 2013, a meta orçamental é agora de 4,5% do PIB (um aumento de 2pp do PIB) e a meta de 2,5% deve ser alcançada em 2014.



Fonte: Ministério das Finanças

O Governo comprometeu-se com as instituições internacionais a apresentar um plano de redução da despesa corrente do Estado em cerca de 4 mil milhões de euros, de forma permanente, o que contribuiria de forma significativa para assegurar um saldo primário excedentário.

Os *spreads* de crédito estreitaram de forma pronunciada ao longo de todo o ano, mas em especial a partir da Primavera. Essa evolução reflectiu a maior redução das taxas de juro de longo prazo portuguesas, já que as *yields* alemãs descenderam também para mínimos históricos. No prazo dos 10 anos, a *yield* da OT portuguesa caiu, já no início de 2013, abaixo dos 6%, o nível mais baixo desde o final de 2010, ainda antes do pedido de assistência económica e financeira (em Maio de 2011).

Ao longo do ano, o Tesouro Português manteve a sua presença nos mercados de dívida de curto prazo, através da emissão de Bilhetes do Tesouro, cuja maturidade máxima foi ampliada até 18 meses.

Já em Janeiro de 2013, a República efectuou o regresso aos mercados financeiros, com a emissão de 2,5 mil milhões de euros, a 5 anos, à taxa de juro de 4,891%. Tratou-se de uma operação bem-sucedida, que ocorreu mais cedo do que o antecipado pelo consenso, e que, contrariamente à visão de alguns investidores, revela que, fruto do ajustamento já realizado, incluindo ao nível do desequilíbrio externo, a percepção do risco da República é menor.

Isto ocorre apesar de, no início de 2012, a agência de notação de crédito Moody's ter revisto em baixa o *rating* da República para Ba3, no nível de "high yield", e a Standard and Poor's ter revisto o *rating* para BB, no âmbito das revisões de ratings dos soberanos europeus.

O crescimento dos depósitos manteve-se sustentado, embora os bancos tenham passado a gerir noutros moldes o ritmo da sua captação, para proteger a margem financeira. Também as novas regras do Banco de Portugal quanto aos *spreads* máximos praticáveis nos depósitos, e que conduziram a uma descida das taxas de juro, contribuíram para esta alteração.

O crédito continuou a contrair, em especial ao nível do crédito a empresas, mas associado também a uma redução dos depósitos das mesmas, o que pode sinalizar, a este nível, a liquidação de créditos num quadro de *spreads* de crédito elevados.

### Principais riscos e incertezas para 2013

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2013 são de duas ordens, uma de origem internacional, outra doméstica.

A nível internacional, mantêm-se como factores de risco, as perspectivas de crescimento na zona euro, mais negativas e penalizadas pelo contágio da crise da dívida soberana a outras economias de maior dimensão, como Espanha e Itália, e pelo impacto sobre a actividade dos países mais importantes, até aqui relativamente imunes. Sendo a zona euro destino de mais de 60% das exportações portuguesas, uma recessão mais profunda pode anular aquele que tem sido o motor da economia portuguesa: as exportações.

Apesar da redução dos riscos associados às dúvidas sobre a sustentabilidade da zona euro, no seu actual figurino, a incerteza permanece elevada, num ano marcado por vários processos eleitorais, com especial destaque para a Itália (em Fevereiro) e Alemanha (em Setembro).

A nível doméstico, as principais incertezas permanecem relacionadas com a evolução da actividade económica, sendo que, em 2013, o principal risco será a dinâmica do emprego. Além da estabilidade social, que elevados níveis de desemprego podem afectar, esta variável é importante pelo facto de uma importante parte da redução do défice orçamental em 2013 estar dependente da subida da tributação em sede de IRS. Um maior aumento do desemprego está já a afectar as contas da Segurança Social, com uma menor receita de contribuições, e maior subida da despesa com subsídios de desemprego. Esta dinâmica agrava o risco de incumprimento das metas e de necessidade de novas medidas de austeridade, que possam agravar ainda mais a recessão.

Ao nível do sector financeiro, os riscos foram, em parte, mitigados pela conclusão dos programas de recapitalização, através do qual o Estado injectou cerca de 7,2 mil milhões de euros em algumas das principais instituições bancárias, permitindo cumprir o requisito de 10% para o rácio de *Core Tier 1*.

O enquadramento económico adverso mantém uma pressão elevada sobre a qualidade da carteira de crédito, apesar das medidas adoptadas em 2012.

Adicionalmente, apesar da flexibilização dos objectivos relativos ao rácio de transformação, os bancos têm que continuar a aumentar a sua base de depósitos, num quadro de reduzida capacidade de criação de poupança pelas famílias e de incerteza sobre a situação fundamental do sector.

O cumprimento de objectivos, pelo Estado e pelo sector bancário, é fundamental para recuperar a confiança dos investidores internacionais e permitir que o actual nível de financiamento nos mercados globais (que, de qualquer forma, é reduzido) se possa manter e, a prazo, ampliar.

## A Evolução do Sector Segurador em Portugal

A evolução do sector segurador Português em 2012 reflectiu a contracção da economia Portuguesa, em especial a desaceleração ao nível do consumo privado e da procura de bens de consumo duradouro, os objectivos para o rácio de transformação dos Bancos (de acordo com o qual os Bancos têm que continuar a aumentar a sua base de depósitos), não reflectindo o aumento de poupança num aumento de produção de contratos de investimento (os quais diminuíram 9% relativamente ao ano anterior). Por último, o aumento de desemprego condicionou negativamente as decisões relativas à produção do sector segurador e ao nível de cobrança dos prémios.

Neste contexto, o sector segurador foi significativamente afectado. A produção do seguro directo sofreu uma quebra de 6,5%, sendo de -3,5% relativamente ao ramo Não Vida e de -8,1% para o ramo Vida.

### Mercado Segurador em 2012

	Valor					Variação anual			
	2008	2009	2010	2011	2012	09/08	10/09	11/10	12/11
<b>PPRE</b>	2 465,9 €	3 147,6 €	3 252,5 €	1 304,6 €	1 120,6 €	27,65%	3,33%	-59,89%	-14,10%
-Seg Vida	1 899,3 €	2 728,8 €	3 028,3 €	1 205,8 €	1 063,1 €	43,67%	10,97%	-60,18%	-11,83%
- Ligados a Fundos de	566,5 €	418,7 €	224,2 €	98,8 €	57,5 €	-26,09%	-46,46%	-55,94%	-41,76%
<b>Seguros Ligados a Fundos de Investimento (exclui PPR)</b>	4 317,4 €	2 767,2 €	2 348,1 €	1 923,9 €	2 043,6 €	-35,91%	-15,14%	-18,07%	6,22%
<b>Outros</b>	4 221,5 €	4 512,3 €	6 572,8 €	4 248,7 €	3 704,7 €	6,89%	45,66%	-35,36%	-12,81%
- Risco Mistos	944,7 €	918,0 €	945,6 €	922,5 €	905,6 €	-2,83%	3,02%	-2,44%	-1,84%
- Capitalização	3 276,8 €	3 594,3 €	5 627,2 €	3 326,2 €	2 799,1 €	9,69%	56,56%	-40,89%	-15,85%
<b>Total Vida</b>	11 004,7 €	10 427,0 €	12 173,4 €	7 477,3 €	6 868,9 €	-5,25%	16,75%	-38,58%	-8,14%
<b>Total Não Vida</b>	4 321,0 €	4 131,6 €	4 168,5 €	4 028,4 €	3 887,4 €	-4,38%	0,89%	-3,36%	-3,50%
<b>Total</b>	<b>15 325,8 €</b>	<b>14 558,6 €</b>	<b>16 341,9 €</b>	<b>11 505,7 €</b>	<b>10 756,3 €</b>	<b>-5,01%</b>	<b>12,25%</b>	<b>-29,59%</b>	<b>-6,51%</b>

Valores em milhões de €

Fonte: APS

Relativamente às componentes no ramo vida, os PPRs, os seguros de capitalização e os seguros de risco e mistos contribuíram negativamente para a evolução desfavorável, sendo de destacar o decréscimo nos planos de poupança e reforma (-14,1% contra -60% no período homólogo) e nos seguros de capitalização (-15,8% contra -40,9% no período homólogo). Esta evolução está relacionada com os requisitos em termos de rácio de conversão (diminuição do rácio de conversão de créditos sobre depósitos), do aumento nas taxas de depósitos a prazo derivado do aumento de “spreads” de crédito, em especial no 1º semestre. A evolução da produção de seguros de risco e mistos foi moderadamente negativa (-1,8%), enquanto a evolução dos seguros ligados a fundos de investimento foi de +6,2%.

No âmbito do desenvolvimento do regime Solvência II e em cumprimento das normas regulamentares aplicáveis, encontram-se as Seguradoras em processo de implementação do regime acima referido, o qual permitirá o cálculo das provisões técnicas com base em princípios económicos e dos requisitos mínimos de capital, e o reporte ao Instituto de Seguros de Portugal.

Por último, de referir, já no último trimestre do ano, a publicação da Lei 57/2012 de 9 de Novembro e da Portaria 432-D/2012 de 31 de Dezembro, que possibilitam o reembolso do

valor afecto a planos de poupança reforma para amortização de prestações de crédito à habitação.

### **A Actividade da Santander Totta Seguros em 2012**

Em 19 de Julho de 2012 a Santander Totta Seguros assinou com Abbey Life Assurance, filial do Deutsche Bank, um acordo de resseguro “ quota share “ a 100% para a sua carteira de risco vida constituída até 30 de Junho de 2012. Esta operação gerou uma comissão de resseguro para a Santander Totta Seguros, eliminando o risco associado a essas carteiras e a redução de necessidades de capital, não havendo alteração na actual relação comercial com os clientes segurados, nem nos serviços contratados.

Mantendo-se todos os compromissos assumidos em termos de distribuição de produtos pelo Banco Santander Totta, o Banco e a Seguradora manterão a sua oferta de produtos na mesma óptica e linha de negócio.

Em termos comerciais, é de salientar o lançamento de novos produtos, prosseguindo o alargamento da oferta comercial de produtos em venda livre aos clientes do Banco, satisfazendo as suas necessidades, aumentando a vinculação e contribuindo para o reforço de primeiro Banco para uma base mais alargada de nossos clientes. Nessa linha, foi lançado o “SafeCare”, solução inovadora, que combina um Seguro de Vida com uma cobertura complementar de Assistência Médica e o “Protecção Lar”, seguro de multiriscos.

O “SafeCare” foi criado a pensar na protecção dos Clientes e das suas famílias, ajudando-os a preservar e cuidar da sua saúde e bem-estar, especialmente importante no cenário actual de reforma do Serviço Nacional de Saúde e de avaliação do esforço que ela poderá representar nos orçamentos das famílias. O “SafeCare” permite à Pessoa Segura e aos seus familiares ter acesso a cuidados de saúde, consultas médicas, exames e internamentos numa rede de medicina privada – Rede Future Healthcare – a preços convencionados mais vantajosos para os clientes. As vendas desta solução ascenderam a cerca de 11.700 desde o seu lançamento a 9 de Julho de 2012, o que representou cerca de 16.000 Pessoas Seguras.

Manteve-se igualmente o foco na comercialização do Plano Protecção Família – solução para Proteger o Rendimento familiar em caso de morte, tendo as vendas atingido 28.600 apólices, o Plano Protecção Ordenado - seguro de vida com cobertura de desemprego com vendas de 16.600 apólices, o Seguro Viva Mais - seguro vocacionado para o tratamento de doenças graves junto dos melhores médicos especialistas internacionais cuja colocação ascendeu a 7.900 apólices e ainda do Seguro Protecção Lar – seguro Multiriscos com vendas de 15.000 apólices.

De referir terem sido vendidas 81.000 apólices de forma autónoma (seguros não relacionados com produtos do Banco), o que representa uma aumento de 38% relativamente ao ano transacto, o que assume particular relevo na actual conjuntura, sendo corolário de um bem sucedido plano de comunicação e distribuição, no qual a Protecção é chave.

Relativamente aos seguros de vida financeiros, é de destacar o lançamento dos produtos Plano Rendimento, sob a forma de Seguros ICAE (*unit linked*), que proporcionam um retorno mensal e trimestral pago sob a forma de resgate parcial, tendo o volume total comercializado ascendido a cerca de 584 milhões de euros no ano de 2012.

A venda destes produtos foi dinamizada através de um plano de incentivos para a Rede Comercial, com uma excelente coordenação com a área de dinamização comercial do mediador - banco Santander, alicerçado na Campanha Smart Energy, no 1º Trimestre e concurso Seguros 4S e Chave Mestra.

O valor dos prémios emitidos e contribuições para contratos de investimento alcançou o montante de 696 milhões de euros, uma diminuição de 38,4% relativamente a 2011. Nos seguros de risco e mistos o valor foi de 112,4 milhões de euros, uma diminuição de 0,7% relativamente ao ano homólogo devido a um menor volume de venda dos produtos ligados ao crédito pessoal.

O acordo de resseguro com a Abbey Life Assurance acima mencionado gerou uma comissão de 239,6 milhões de euros para a STS. O impacto líquido desta operação na Seguradora, em 2012, foi de 205,8 milhões de euros antes de impostos.

Relativamente ao ano homólogo, a margem técnica teve um acréscimo de 177,2% e as comissões pagas à rede tiveram um decréscimo de 14%. O total de comissões de seguros distribuídos à rede ascendeu a 79,8 milhões de euros em 2012.

A Santander Totta Seguros atingiu um resultado antes de impostos de 237,3 milhões de euros, com o acréscimo a ter a principal origem na operação de resseguro, tendo a contribuição para o Grupo, medida pelas comissões às redes e resultado antes de impostos, atingido 317,1 milhões de euros, um acréscimo de 220,4% relativamente ao ano anterior.

<i>Milhões de Euros</i>			
Prémios emitidos	2011	2012	Var.
Contratos de Seguros			
Seguros de Vida excepto PPR/E	112,2	111,6	- 0,5%
PPR/E	52,2	29,6	-42,3%
Acidentes Pessoais	1,7	1,5	-10,7%
Contratos de Investimento			
Seguros de Poupança excluindo PPR/E	956,4	546,9	- 42,8%
PPR/E	7,3	6,0	- 14,6%
<b>Total</b>	<b>1.130</b>	<b>696</b>	<b>- 38,4%</b>

O activo líquido da Santander Totta Seguros atingiu, em 31 de Dezembro de 2012, 5.069 milhões de euros, uma diminuição de 1,5% face ao ano anterior.

O volume total de activos financeiros geridos atingiu 4.977 milhões de euros, uma diminuição de 2,0% face a 2011, mantendo a política de investimentos os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos activos.

As provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros totalizam 4.522,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2012 contra 4.508,0 milhões de euros em 2011.

A taxa de cobertura da margem de solvência cifrou-se em 195,51% em 31 de Dezembro de 2012, considerando a proposta de distribuição de lucros.

O resultado da conta técnica alcançou os 234,8 milhões de euros contra 15,5 milhões no ano anterior.

O número de colaboradores efectivos e com contrato a termo certo era de 54 a 31 de Dezembro de 2012.

Os principais indicadores de rentabilidade e eficiência apresentam os seguintes valores:

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012
Custos de funcionamento / margem técnica antes comissões	5,7%	5,9%	5,9%	7,1%	2,6%
Capitais Seguros Risco (10 <sup>6</sup> €) / Nº médio de Colaboradores	329	351	352	377	368
Resultado Líquido / Capital Próprio	26,8%	17,7%	17,4%	5,3%	79,2%
Resultado Líquido / Activo Líquido	0,5%	0,4%	0,4%	0,1%	3,2%

Nota: os indicadores de 2012 (com excepção do indicador "capitais seguros risco/nº médio de colaboradores) estão influenciados pelo resultado não recorrente da operação de cedência de seguro.

### Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos da Santander Totta Seguros foi de € 160.082.140,61 (cento e sessenta milhões e oitenta e dois mil cento e quarenta euros e sessenta e um cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

-€16.008.214,07 (dezasseis milhões, oito mil e duzentos e catorze euros e sete cêntimos) para Reserva legal;

-€55.926,54 (cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos) para resultados transitados;

-€144.018.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões e dezoito mil euros) para distribuição de dividendos ao accionista Santander Totta, SGPS, correspondente a €3,048 por acção, por se encontrarem reunidas as condições legais que possibilitam a distribuição, dos quais, €74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de euros) já foram distribuídos a título de adiantamento de lucros do exercício de 2012.

### Perspectivas para 2013

Para o ano de 2013, a Companhia perspectiva:

- Reorientação do modelo de negócio para maior foco nos clientes de mais valor (com maior diferenciação na oferta de produtos de Protecção Família);
- Modelo de distribuição assente na sinergia entre canal tradicional e canais remotos;
- Optimização de processos e de estruturas, assente numa maior transformação comportamental subordinada à razão de ser da nossa actividade – o serviço a clientes e a sua satisfação;
- Lançamento de novas iniciativas conducentes a otimizar a dinamização comercial através de campanhas e incentivos, acções de formação e informação e recurso a novas ferramentas;
- Utilização de inteligência comercial em segmentação de clientes, momentos de venda e nas práticas de cross selling e cross segment;
- Melhoria do índice de satisfação dos clientes internos e externos, das taxas de retenção e das práticas de boas vendas.

## Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua actividade, designadamente:

- Ao Instituto de Seguros de Portugal e à CMVM pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da actividade e contribuição;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “*cross-selling*” e resultados obtidos;
- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração,

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida  
Presidente

Eduardo Alves da Silva  
Vogal

Armindo Alberto Escalda  
Vogal

Joaquim Manuel Oliveira Filipe  
Vogal

Maria Paula Toscano Figueiredo Marcelino  
Vogal

Oscar Villoslada Montpart  
Vogal

Joaquin Capdevilla  
Vogal



Demonstrações

Financeiras

**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	ACTIVO	31/12/2012			31/12/2011
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	145 135 685	-	145 135 685	35 409 035
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
	Valorizados ao custo	-	-	-	-
	Valorizados ao justo valor	-	-	-	-
	Valorizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
5	Activos financeiros detidos para negociação	127 706	-	127 706	298 981
	Investimentos em outras participadas e participantes	-	-	-	-
	Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-
	Títulos de dívida	-	-	-	-
	Derivados	127 706	-	127 706	298 981
	Outros	-	-	-	-
5	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4 204 499 078	-	4 204 499 078	4 499 988 603
	Investimentos em outras participadas e participantes	589 795 499	-	589 795 499	1 760 967 097
	Instrumentos de capital e unidades de participação	8 583 211	-	8 583 211	11 306 377
	Títulos de dívida	1 958 051 044	-	1 958 051 044	1 716 763 789
	Outros	1 648 069 324	-	1 648 069 324	1 010 951 340
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
	Cobertura de justo valor	-	-	-	-
	Cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-
	Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	-	-	-	-
5	Activos financeiros disponíveis para venda	466 973 341	-	466 973 341	505 147 117
	Investimentos em outras participadas e participantes	3 296 614	-	3 296 614	6 448 474
	Instrumentos de capital e unidades de participação	97 600 549	-	97 600 549	93 241 085
	Títulos de dívida	366 076 178	-	366 076 178	336 251 545
	Outros	-	-	-	69 206 013
5	Empréstimos concedidos e contas a receber	160 729 965	-	160 729 965	39 474 858
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	158 595 340	-	158 595 340	37 649 105
	Empréstimos concedidos	2 134 625	-	2 134 625	1 825 753
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Activos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Investimentos em outras empresas participadas e participantes	-	-	-	-
	Títulos de dívida	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
6	Outros activos tangíveis	2 355 100	2 278 285	76 815	134 060
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
7	Outros activos intangíveis	4 254 653	2 612 612	1 642 041	356 884
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	59 584 060	-	59 584 060	29 816 592
	Ramo Vida	59 559 681	-	59 559 681	29 788 959
	Provisão matemática	169	-	169	177
	Provisão para sinistros	11 212 035	-	11 212 035	4 544 730
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	48 347 477	-	48 347 477	25 244 052
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ramos Não Vida	24 379	-	24 379	27 633
	Provisão para prémios não adquiridos	21 661	-	21 661	24 639
	Provisão para sinistros	2 718	-	2 718	2 994
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
23	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	21 244	-	21 244	27 895
8 e 15	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20 502 814	30 509	20 472 305	21 990 484
	Contas a receber por operações de seguro directo	6 754 674	30 509	6 724 165	6 579 848
	Contas a receber por operações de resseguro	1 286 440	-	1 286 440	1 765 266
	Contas a receber por outras operações	12 461 700	-	12 461 700	13 645 370
14	Activos por impostos e taxas	9 673 354	-	9 673 354	15 786 112
	Activos por impostos (e taxas) correntes	-	-	-	3 210 819
	Activos por impostos diferidos	9 673 354	-	9 673 354	12 575 293
9	Acréscimos e diferimentos	59 935	-	59 935	50 202
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>5 073 916 935</b>	<b>4 921 406</b>	<b>5 068 995 529</b>	<b>5 148 480 823</b>

**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31/12/2012	31/12/2011
	<b>PASSIVO</b>		
10	Provisões técnicas	389 686 159	419 874 500
	Ramo Vida	389 611 953	419 790 418
	Provisão matemática	305 551 360	334 805 629
	Provisão para sinistros	20 676 167	24 489 183
	Provisão para participação nos resultados	12 468 293	2 318 464
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	11 581 387	1 828 211
	Provisão para participação nos resultados atribuída	886 906	490 253
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	50 916 133	58 177 142
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Ramos Não Vida	74 206	84 082
	Provisão para prémios não adquiridos	65 146	74 101
	Provisão para sinistros	9 060	9 981
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	9 060	9 981
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Provisão para envelhecimento	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
11	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	4 132 831 313	4 088 098 021
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	4 065 109 834	4 038 370 060
	Valorizados ao custo amortizado	67 721 479	49 727 961
12	Outros passivos financeiros	195 258 134	519 388 489
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	14 000 000	14 000 000
	Depósitos recebidos de resseguradores	6 821 225	7 954 436
	Outros	174 436 909	497 434 053
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	52 023 022	31 350 733
	Contas a pagar por operações de seguro directo	13 883 982	22 738 761
	Contas a pagar por operações de resseguro	27 878 062	4 456 996
	Contas a pagar por outras operações	10 260 978	4 154 976
14	Passivos por impostos e taxas	88 648 764	1 803 734
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	88 648 764	1 803 734
	Passivos por impostos diferidos	-	-
9	Acréscimos e diferimentos	4 438 105	2 250 980
15	Outras provisões	3 936 758	2 521 783
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>4 866 822 255</b>	<b>5 065 288 240</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
16	Capital	47 250 000	47 250 000
17	Dividendos antecipados	(74 000 000)	-
17	Reservas de reavaliação	(7 566 068)	(55 192 984)
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	(7 566 068)	(55 192 984)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
17	Reserva por impostos	2 245 419	14 761 969
17	Outras reservas	14 819 470	14 365 946
	Reserva legal	14 771 064	14 326 474
	Reserva estatutária	-	-
	Prémios de emissão	-	-
	Outras reservas	48 406	39 472
17	Resultados transitados	59 342 312	57 561 757
	Resultado líquido do período/exercício	160 082 141	4 445 895
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>202 173 274</b>	<b>83 192 583</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>5 068 995 529</b>	<b>5 148 480 823</b>

**CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	Rubricas	2012				2011
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
18	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	28 562 346	1 029 120	-	29 591 466	143 688 600
	Prémios brutos emitidos	141 247 254	1 532 798	-	142 780 052	166 156 196
	Prémios de resseguro cedido	143 853 183	509 655	-	144 362 838	23 121 402
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(8 064 849)	(8 955)	-	(8 073 804)	(5 190 667)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	23 103 426	(2 978)	-	23 100 448	(4 536 861)
19	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	48 195 049	-	-	48 195 049	49 509 464
10	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	38 945 386	15 414	-	38 960 800	58 268 268
	Montantes pagos	49 175 577	16 059	-	49 191 636	56 205 062
	Montantes brutos	67 244 989	22 942	-	67 267 931	61 819 214
	Parte dos resseguradores	18 069 412	6 883	-	18 076 295	5 614 152
	Provisão para sinistros (variação)	(10 230 191)	(645)	-	(10 230 836)	2 063 206
	Montante bruto	(3 562 886)	(921)	-	(3 563 807)	1 403 478
	Parte dos resseguradores	6 667 305	(276)	-	6 667 029	(659 728)
10	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	1 909 537	-	-	1 909 537	22 939 723
	Montante bruto	1 909 528	-	-	1 909 528	22 939 673
	Parte dos resseguradores	(9)	-	-	(9)	(50)
10	Participação nos resultados, líquida de resseguro	773 424	-	-	773 424	405 416
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	-	-	-	(4 670 000)
20	Custos e gastos de exploração líquidos	(188 035 899)	201 931	-	(187 833 968)	85 136 038
	Custos de aquisição	81 463 965	338 747	-	81 802 712	95 059 367
	Custos de aquisição diferidos (variação)	803 840	-	-	803 840	374 075
	Gastos administrativos	2 833 042	-	-	2 833 042	2 864 519
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	273 136 746	136 816	-	273 273 562	13 161 923
24	Rendimentos	226 462 693	5 285	4 885 458	231 353 436	225 452 586
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	18 094 450	5 285	4 190 534	22 290 269	19 593 639
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	208 368 243	-	694 924	209 063 167	205 858 947
25	Gastos financeiros	26 360 410	-	3 596 436	29 956 846	31 490 529
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	724 830	-	-	724 830	763 393
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	25 635 580	-	3 596 436	29 232 016	30 727 136
26	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2 190 165)	-	90 763	(2 099 402)	(2 226 946)
	De activos disponíveis para venda	100 742	-	90 763	191 505	(757 804)
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(2 290 907)	-	-	(2 290 907)	(1 469 142)
	De outros	-	-	-	-	-
26	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(186 510 471)	-	2 153 861	(184 356 610)	(210 702 641)
	De activos e passivos financeiros detidos para negociação	(155 889)	-	-	(155 889)	(155 180)
	De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(186 354 582)	-	2 153 861	(184 200 721)	(210 547 461)
27	Diferenças de câmbio	(167 538)	-	-	(167 538)	279 327
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	3 498 812
5	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-	3 498 812
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(369 447)	-	-	(369 447)	(243 498)
15	Outras provisões (variação)	-	-	1 414 177	1 414 177	2 511 795
29	Outros rendimentos/gastos	-	-	352 226	352 226	(9 382)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	234 029 609	817 060	2 471 695	237 318 364	6 166 929
14	Imposto sobre o rendimento do período - Impostos correntes	-	-	86 850 834	86 850 834	-
14	Imposto sobre o rendimento do período - Impostos diferidos	-	-	(9 614 611)	(9 614 611)	1 721 034
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	-	-	-	160 082 141	4 445 895

**DEMONSTRAÇÕES DE VARIÁÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011**

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Dividendos antecipados	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
				Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Outras reservas						
	<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2010</b>	47 250 000	-	(19 940 954)	-	5 604 880	12 258 684	-	53 126 645	20 677 902	118 977 257
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	2 067 730	-	18 610 112	(20 677 902)	-
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(14 175 000)	-	(14 175 000)
16 e 17	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	38 472	-	-	38 472
	Resultado integral do exercício	-	-	(35 252 030)	-	9 156 989	-	-	-	4 445 895	(21 649 146)
	<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2011</b>	47 250 000	-	(55 192 984)	-	14 761 869	14 326 474	38 472	57 561 757	4 445 895	83 192 583
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	444 590	-	1 780 555	(2 225 145)	-
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 220 750)	(2 220 750)
16 e 17	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	8 934	-	-	8 934
	Resultado integral do exercício	-	-	47 628 916	-	(12 616 550)	-	-	-	160 082 141	195 192 507
	Distribuição antecipada de lucros	(74 000 000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(74 000 000)
	<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2012</b>	47 250 000	(74 000 000)	(7 566 068)	-	2 245 419	14 771 064	48 406	59 342 312	160 082 141	202 173 274

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado líquido do exercício	<u>160 082 141</u>	<u>4 445 895</u>
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados		
Variações no justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda		
Fundos de Investimento Mobiliário	5 252 718	(2 140 425)
Acções	-	2 018 858
Obrigações	<u>52 206 935</u>	<u>(37 919 327)</u>
	57 459 653	(38 040 894)
Variações na provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>(9 832 737)</u>	<u>2 788 864</u>
	47 626 916	(35 252 030)
Impacto fiscal	<u>(12 516 550)</u>	<u>9 156 989</u>
Total	35 110 366	(26 095 041)
	<u>195 192 507</u>	<u>(21 649 146)</u>
Rendimento integral do exercício	<u><u>195 192 507</u></u>	<u><u>(21 649 146)</u></u>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011**

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	160 082 141	4 445 895
Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:		
Amortizações do exercício	194 529	124 209
Variação em outras provisões	1 414 975	2 510 997
Variação nas provisões técnicas	(59 955 808)	(23 152 499)
Variação de passivos por contratos de investimento	44 733 292	(245 439 215)
(Aumentos) / diminuições nos activos operacionais:		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	334 508	2 571 818
Devedores por outras operações	1 190 320	(718 642)
Activos por impostos	(6 403 792)	928 154
Outros activos	(9 733)	(8 337)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	13 433 076	(4 154 113)
Credores por outras operações	6 106 005	1 941 599
Passivos por impostos	86 845 029	(4 086 772)
Incentivos de longo prazo	8 934	39 472
Outros passivos	2 187 124	44 656
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>250 160 600</u>	<u>(264 952 778)</u>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Variação nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(27 336 346)	314 339 064
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	85 800 694	(47 329 236)
Variação nos empréstimos e contas a receber	(121 255 108)	(31 071 234)
Aquisições de outros activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(1 422 440)	(486 542)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>(64 213 200)</u>	<u>235 452 052</u>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamento de dividendos	(76 220 750)	(14 175 000)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>(76 220 750)</u>	<u>(14 175 000)</u>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<u>109 726 650</u>	<u>(43 675 726)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	35 409 035	79 084 761
Caixa e seus equivalentes no fim do período	145 135 685	35 409 035

Anexos às  
Demonstrações  
Financeiras



## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 19 de Março de 2001 e tem por objecto o exercício da actividade de seguro directo e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações do Instituto de Seguros de Portugal. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Os seguros não vida (ramos reais) têm por objecto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais. No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais.

Em 27 de Dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de Janeiro de 2001.

Em Setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em Março de 2005, adoptou a actual denominação.

Conforme indicado na Nota 16, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de Fevereiro de 2013, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), através da Norma Regulamentar nº 4/2007-R, de 27 de Abril, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com excepção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

## 2.2. Instrumentos financeiros

### a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente imputados à transacção são registados na conta de ganhos e perdas. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do activo.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado e com transacções efectuadas nos últimos 15 dias são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da NetBolsa (mercado nacional) e da Reuters ou da Bloomberg (mercados estrangeiros).

Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transacções.

Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transacções nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Companhia definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a Bloomberg.

Se um preço de referência de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços universalmente aceites (técnicas de “discounted cash-flows”).

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes.

Aquando do reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado e instrumentos financeiros derivados; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39 (“fair value option”). Encontram-se classificados nesta categoria os instrumentos financeiros associados a produtos “unit-linked” em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro e os instrumentos financeiros associados à operação descrita nas Notas 2.2.d) e 12. A aplicação desta opção encontra-se limitada a situações em que a sua adopção permita a produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre esses grupos de instrumentos financeiros seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
  - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados implícitos, a menos que:
    - Os derivados implícitos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
    - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia à data de balanço encontram-se classificados nesta categoria.

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui, entre outros, depósitos em instituições de crédito, depósitos junto de empresas cedentes e empréstimos e outras contas a receber.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente imputáveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Incluem os instrumentos financeiros registados nesta categoria aquando do reconhecimento inicial e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39.

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de ganhos e perdas, como activos a deter até à maturidade ou como empréstimos concedidos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros” até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários (títulos de dívida) são reconhecidos directamente na conta de ganhos e perdas.

Reconhecimento de rendimentos

Os juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas (empréstimos concedidos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda) e o respectivo reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica “Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros de activos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados na rubrica “Rendimentos – Outros”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos na rubrica “Rendimentos – Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente imputáveis à transacção.

A rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento" inclui as responsabilidades decorrentes dos produtos financeiros sem participação discricionária nos resultados e dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro emitidos pela Companhia e considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os passivos financeiros resultantes dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro ("unit-linked") são mensurados ao justo valor e registados na rubrica "Passivos financeiros valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas". As variações no justo valor são reflectidas em "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas".

Os restantes passivos financeiros, incluindo passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Reclassificação de activos financeiros

Na sequência da alteração à Norma IAS 39 em Outubro de 2008, sob a designação "Reclassificação de activos financeiros", passou a ser possível efectuar as seguintes reclassificações entre as categorias de activos financeiros:

- (i) Em circunstâncias particulares, activos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados no âmbito da "fair value option") podem ser transferidos da categoria ao justo valor através de resultados; e
- (ii) Activos financeiros que cumpram a definição de empréstimos e outras contas a receber podem ser transferidos da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos e outras contas a receber, desde que a Companhia tenha a intenção e capacidade de os deter no futuro próximo ou até à maturidade.

A Companhia não procedeu a quaisquer reclassificações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011.

d) Prestações acessórias

O accionista único concedeu à Companhia prestações acessórias em Outubro de 2008, no âmbito de uma operação levada a cabo para mitigar a desvalorização do valor patrimonial de alguns fundos "unit-linked" sob gestão. Estas prestações acessórias serão reembolsadas ao accionista único se e na medida em que os valores em cuja aquisição foi investido o produto das prestações restituendas sejam liquidados pelos respectivos emitentes ou de outra forma readquirido o montante investido, nomeadamente em consequência da alienação ou extinção das posições adquiridas. Para além da verificação deste requisito, o reembolso das prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-se em uma ou mais vezes (Nota 12). Este passivo financeiro não tem maturidade definida e o seu reembolso é susceptível de ser exigido pelo accionista único a todo o momento (*demand feature liability*).

De acordo com a Norma IAS 32, estas prestações acessórias foram classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros – Outros”.

e) Operações de reporte e de empréstimo de títulos

Os activos financeiros cedidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos permanecem na respectiva carteira de investimentos, sendo adicionalmente relevados em contas extrapatrimoniais, continuando os que se encontram a representar provisões técnicas a ser considerados para efeitos de cálculo dos limites de diversificação e dispersão prudenciais regulamentarmente estabelecidos.

Os activos financeiros recebidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos não integram a carteira de investimentos, sendo apenas registados em contas extrapatrimoniais.

Estas operações obedecem às regras, limites e garantias previstas na Norma Regulamentar nº 9/2002-R, de 7 de Maio, do Instituto de Seguros de Portugal.

f) Imparidade de activos financeiros

A Companhia efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros, incluindo activos registados ao custo amortizado e activos financeiros disponíveis para venda. Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, são registadas perdas por imparidade por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- i) Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ii) Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii) Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- iv) Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- v) O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos registados ao custo amortizado, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação.

Para além dos indícios de imparidade anteriormente referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital registados como activos financeiros disponíveis para venda:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos critérios objectivos de imparidade em instrumentos de capital, o Conselho de Administração da Companhia considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a Companhia considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na conta de ganhos e perdas.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de reavaliação. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

O montante de imparidade apurado é reconhecido como custo na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões)”.

### 2.3. Outros activos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com software adquirido. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

#### 2.4. Outros activos tangíveis

Os outros activos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respectivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

#### 2.5. Provisões técnicas

##### 2.5.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afectar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 2.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IAS 39.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo do Instituto de Seguros de Portugal.



2.5.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respectivas apólices de seguro.

2.5.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (Nota 10). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

2.5.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efectiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

2.5.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão.

2.5.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

2.5.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efectuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respectivas condições gerais das apólices.

2.5.8. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

2.5.9. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

2.6. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objectivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos na Circular nº 9/2008, de 27 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal.

2.7. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 2.5.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionariez por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricion do emissor; e
- Estejam dependentes da *performance* de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 2.5.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos, líquidos de resseguro", da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro de vida em caso de morte, respectivas coberturas complementares e não vida e os correspondentes custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida mistos e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos reflectidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

#### 2.8. Outras provisões e passivos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

#### 2.9. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

##### Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) então vigente para o sector segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de Junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em Julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander). As contribuições para o Fundo de Pensões são registadas na rubrica “Gastos com pessoal” (Nota 22) como custo do período em que são efectuadas.

No âmbito do novo contrato colectivo de trabalho para a actividade seguradora, assinado em 23 de Dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no activo, com referência a 1 de Janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor actual das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

##### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Gastos com pessoal” (Nota 22) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

### Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respectivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

### 2.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos activos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são reflectidos na conta de ganhos e perdas do período, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do período.

Com a publicação da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) superior a 2.000.000 Euros. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. A Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, refere que a taxa da derrama estadual passa para 3% sobre os lucros tributáveis superiores a 1.500.000 Euros e até 10.000.000 Euros. No que respeita aos lucros tributáveis superiores a 10.000.000 Euros é introduzida uma nova taxa de 5%. Com a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013, o referido limite de 10.000.000 Euros é reduzido para 7.500.000 Euros. Estas taxas aplicam-se somente aos lucros tributáveis referentes aos exercícios de 2012 e 2013. Dada a transitoriedade desta medida, a taxa fiscal utilizada em 2012 no cálculo dos impostos diferidos manteve-se em 29%, com excepção do imposto diferido relativo à estimativa do custo a incorrer com a renegociação de alguns tratados de resseguro cedido, que a Companhia estima vir a recuperar no exercício de 2013, tendo o respectivo imposto diferido sido calculado à taxa de 31,5%.

#### 2.11. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Os activos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os activos financeiros não monetários (acções e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com excepção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

#### 2.12. Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na conta de ganhos e perdas do período, na rubrica de “Gastos com pessoal” (Nota 22), na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços, por contrapartida da rubrica “Outras reservas – outras” (Nota 17).

#### 2.13. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

##### *Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados activos*

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2.a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

##### *Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros*

As perdas por imparidade em activos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.2. f). Deste modo, a determinação da imparidade em activos financeiros tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efectuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de activos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

*Determinação dos passivos por contratos de seguro*

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efectuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.5. acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjectividade, podendo os valores efectivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa em 31 de Dezembro de 2012 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

*Resseguro cedido*

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afectar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correcto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as actividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas nos ramos vida e não vida e apresentam o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

	2012					
	Ramo Vida			Ramo não Vida	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados	Contratos de investimento			
Prémios brutos emitidos	114.079.675	27.167.579	-	1.532.798	-	142.780.052
Prémios de resseguro cedido	(124.053.183)	-	-	(509.655)	-	(124.562.838)
Prémios de resseguro cedido - Estimativa de encargos a incorrer	(19.800.000)	-	-	-	-	(19.800.000)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	8.064.849	-	-	8.955	-	8.073.804
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	23.103.426	-	-	(2.978)	-	23.100.448
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	48.195.049	-	-	48.195.049
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(17.219.258)	(21.726.127)	-	(15.415)	-	(38.960.800)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(777.685)	4.261	-	-	-	(773.424)
Outras provisões técnicas (variação)	9.924.542	(11.834.079)	-	-	-	(1.909.537)
Remunerações de mediação (comissões)	(43.484.562)	(1.081.731)	(34.580.381)	(306.560)	-	(79.453.234)
Comissão de resseguro cedido por cedência de carteira	239.600.000	-	-	-	-	239.600.000
Comissões e participação nos resultados de resseguro	33.673.562	-	-	-	-	33.673.562
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(3.784.579)	(564.394)	(1.742.014)	104.629	-	(5.986.358)
Resultados dos investimentos	6.216.795	6.699.456	(1.682.144)	5.285	3.533.646	14.773.038
Outros rendimentos / gastos técnicos	(369.447)	-	-	-	-	(369.447)
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	(1.061.951)	(1.061.951)
Resultado antes de impostos	225.174.135	(1.335.035)	10.190.510	817.059	2.471.695	237.318.364
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	-	(77.236.223)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	160.082.141
Activo Líquido	462.165.836	211.798.515	4.195.812.225	138.401	199.080.552	5.068.995.529
Passivo Total	219.485.303	208.764.738	4.186.376.688	74.206	252.121.320	4.866.822.255

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2011					
	Ramo Vida			Ramo não Vida	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados	Contratos de investimento			
Prémios brutos emitidos	115.157.351	49.283.403	-	1.715.442	-	166.156.196
Prémios de resseguro cedido	(22.566.471)	-	-	(554.931)	-	(23.121.402)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5.189.272	-	-	1.395	-	5.190.667
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(4.537.842)	-	-	981	-	(4.536.861)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	49.509.464	-	-	49.509.464
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(35.290.309)	(22.965.215)	-	(12.744)	-	(58.268.268)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(410.692)	5.276	-	-	-	(405.416)
Outras provisões técnicas (variação)	15.493.653	(33.763.376)	-	-	-	(18.269.723)
Remunerações de mediação (comissões)	(55.155.313)	(963.281)	(36.782.488)	(343.088)	-	(93.244.170)
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	9.770.897	(575.593)	(1.067.215)	(19.957)	-	8.108.132
Resultados dos investimentos	6.595.513	8.455.242	(30.441.068)	5.209	(6.801.911)	(22.187.015)
Outros rendimentos / gastos técnicos	(243.498)	-	-	-	-	(243.498)
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	(2.521.177)	(2.521.177)
Resultado antes de impostos	34.002.561	(523.544)	(18.781.307)	792.307	(9.323.088)	6.166.929
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	-	(1.721.034)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.445.895
Activo Líquido	245.178.670	229.776.604	4.476.421.417	233.642	196.870.490	5.148.480.823
Passivo Total	240.731.744	254.669.683	4.471.407.577	84.082	98.395.154	5.065.288.240

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à excepção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Seguros ligados” inclui apenas os produtos plano poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente “*unit-linked*”) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Ramo não vida” corresponde ao produto acidentes pessoais.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, activos e passivos que não se encontram afectos à actividade seguradora.

A actividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

#### 4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Caixa e seus equivalentes	61	47
Depósitos à ordem:		
- Em instituições financeiras do Grupo Santander (Nota 30)	145.135.624	35.408.988
	-----	-----
	145.135.685	35.409.035
	=====	=====

Os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado.

5. ACTIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de activos financeiros apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<b><u>Activos financeiros detidos para negociação:</u></b>		
Instrumentos financeiros derivados - <i>swaps</i>		
Valor de mercado	95.561	251.450
Juros a receber	32.145	47.531
	-----	-----
	127.706	298.981
	-----	-----
<b><u>Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:</u></b>		
Afectos a produtos "unit-linked":		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	561.743.578	1.735.034.828
Instrumentos de capital e unidades de participação	8.583.211	11.306.377
Títulos de dívida	1.919.656.044	1.671.445.643
Depósitos a prazo	1.357.729.012	550.420.185
Depósitos à ordem	222.743.482	92.470.360
Instrumentos financeiros derivados	57.235.116	59.027.466
Pendentes de liquidação	435.898	298.888
Empréstimo de títulos	1.405.096	-
Reverse repo	-	299.443.719
Outros activos	26.232	36.519
	-----	-----
	4.129.557.669	4.419.483.985
	-----	-----
Não afectos:		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	28.051.921	25.932.269
Títulos de dívida	-	1.125.646
	-----	-----
	28.051.921	27.057.915
	-----	-----
Instrumentos financeiros relacionados com as prestações acessórias (Nota 12):		
Títulos de dívida	38.395.000	44.192.500
Instrumentos financeiros derivados	5.075.438	5.835.153
Depósitos a prazo	3.419.000	3.419.000
Depósitos à ordem	50	50
	-----	-----
	46.889.488	53.446.703
	-----	-----
	4.204.499.078	4.499.988.603
	=====	=====



	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<b><u>Activos financeiros disponíveis para venda:</u></b>		
Investimentos em outras participadas e participantes -		
- Títulos de dívida	3.296.614	6.448.474
Instrumentos de capital e unidades de participação	97.600.549	93.241.085
Títulos de dívida	366.076.178	336.251.545
Reverse repo	-	69.206.013
	-----	-----
	466.973.341	505.147.117
	=====	=====
<b><u>Empréstimos concedidos e contas a receber:</u></b>		
Outros depósitos	158.595.340	37.649.105
Empréstimos concedidos	2.134.625	1.825.753
	-----	-----
	160.729.965	39.474.858
	=====	=====

Em Outubro e Novembro de 2012 a Companhia alienou ao Banco Santander Totta, S.A. um conjunto de *Euro Medium Term Notes* (EMTN) emitidos por este banco com valor nominal de 706.260.000 Euros. Estes instrumentos financeiros foram vendidos ao valor nominal e substituídos por depósitos a prazo constituídos no Banco Santander Totta, S.A. com condições de remuneração e maturidade equivalentes às dos títulos vendidos.

Em 9 de Julho de 2012 a Companhia celebrou com a sucursal de Londres do Banco Santander Totta, S.A. uma operação de empréstimo de títulos, no âmbito da qual cedeu um conjunto de títulos com valor nominal de 330.631.655 Euros. Estes títulos não foram desreconhecidos da carteira (Nota 2.2. e)), continuaram a ser valorizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2. a) e a ser reconhecidos e recebidos os rendimentos associados aos mesmos. Adicionalmente, foi constituído pela contraparte um colateral a favor da Companhia, reavaliado diariamente, cujo justo valor nunca poderá ser inferior a 110% do justo valor dos títulos emprestados. De acordo com a política contabilística mencionada na Nota 2.2. e), os títulos recebidos como colateral são relevados em contas extrapatrimoniais e os rendimentos associados aos mesmos imediatamente transferidos para a contraparte quando recebidos pela Companhia. Em 31 de Dezembro de 2012 as rubricas “Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas – Empréstimo de títulos” e “Empréstimos concedidos e contas a receber – Empréstimos concedidos”, incluem os montantes de 1.405.096 Euros e 257.552 Euros, respectivamente, que respeitam aos acréscimos de rendimentos associados à operação de empréstimo de títulos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo registados na rubrica “Outros depósitos” apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Até um mês	305.251	22.595.112
De um a três meses	-	15.053.993
De três a seis meses	146.285.605	-
De seis meses a um ano	12.004.484	-
	-----	-----
	158.595.340	37.649.105
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo dizem respeito na sua totalidade a depósitos efectuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 30).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Empréstimos concedidos” inclui os montantes de 1.877.073 Euros e 1.825.753 Euros, respectivamente, que respeitam a contratos de swap que não cumprem a definição de derivado constante na Norma IAS 39 e que, em substância, são empréstimos concedidos a entidades do Grupo Santander (Nota 30).

Os saldos de instrumentos financeiros com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 30.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a afectação dos investimentos financeiros e outros activos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	31-12-2012					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	32.929.981	9.441.326	6.279	9.871	102.748.228	145.135.685
Activos financeiros detidos para negociação	127.706	-	-	-	-	127.706
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	4.129.557.669	-	74.941.409	4.204.499.078
Activos financeiros disponíveis para venda	281.503.181	79.976.575	66.201.559	104.151	39.187.875	466.973.341
Empréstimos concedidos e contas a receber	4.641.845	4.034.054	46.667	-	152.007.399	160.729.965
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	76.815	76.815
	<u>319.202.713</u>	<u>93.451.955</u>	<u>4.195.812.174</u>	<u>114.022</u>	<u>368.961.726</u>	<u>4.977.542.590</u>

	31-12-2011					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11.019.247	6.924.156	570	8.982	17.456.081	35.409.035
Activos financeiros detidos para negociação	298.981	-	-	-	-	298.981
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	4.419.487.036	-	80.501.567	4.499.988.603
Activos financeiros disponíveis para venda	340.458.813	70.322.860	56.196.326	197.027	37.972.093	505.147.117
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.801.077	14.328.219	750.449	-	22.595.113	39.474.858
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	134.060	134.060
	<u>353.578.118</u>	<u>91.575.234</u>	<u>4.476.434.381</u>	<u>206.009</u>	<u>158.658.914</u>	<u>5.080.452.655</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos financeiros registados ao custo amortizado é apresentada nos quadros seguintes:

	31-12-2012		
	Valor de balanço	Justo valor	Mais/(Menos) valia potencial
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	145.135.685	145.135.685	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	160.729.965	160.896.523	166.558
Contas a receber por operações de seguro directo	6.724.165	6.724.165	-
Contas a receber por operações de resseguro	1.286.440	1.286.440	-
Contas a receber por outras operações	12.461.700	12.461.700	-
	<u>326.337.955</u>	<u>326.504.513</u>	<u>166.558</u>

	31-12-2011		
	Valor de balanço	Justo valor	Mais/(Menos) valia potencial
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	35.409.035	35.409.035	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	39.474.857	39.801.696	326.839
Contas a receber por operações de seguro directo	6.579.848	6.579.848	-
Contas a receber por operações de resseguro	1.765.266	1.765.266	-
Contas a receber por outras operações	13.645.370	13.645.370	-
	<u>96.874.376</u>	<u>97.201.215</u>	<u>326.839</u>

No apuramento do justo valor apresentado nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido actual dos fluxos de caixa futuros, os quais foram descontados à EUR Swap Zero Coupon Yield Curve à data do balanço para cada um dos períodos de vencimento respectivos.
- Para as contas a receber foi considerado que o custo amortizado é uma razoável aproximação do justo valor à data do balanço, na medida em que estes saldos transformar-se-ão em liquidez num período até 3 meses.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas contas pelo seu justo valor pode ser resumida como segue:

	31-12-2012			Valor de balanço total
	Técnica de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros detidos para negociação	-	127.706	-	127.706
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.552.521.463	1.651.977.615	-	4.204.499.078
Activos financeiros disponíveis para venda	466.973.341	-	-	466.973.341
	<u>3.019.494.804</u>	<u>1.652.105.321</u>	<u>-</u>	<u>4.671.600.125</u>

	31-12-2011			Valor de balanço total
	Técnica de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros detidos para negociação	-	298.981	-	298.981
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.344.811.278	2.155.177.325	-	4.499.988.603
Activos financeiros disponíveis para venda	505.147.118	-	-	505.147.118
	<u>2.849.958.396</u>	<u>2.155.476.306</u>	<u>-</u>	<u>5.005.434.702</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercados activos (cotações). A Companhia inclui nesta categoria a totalidade dos instrumentos financeiros valorizados com base em preços divulgados por contribuidores, obtidos através da bloomberg.
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercados activos.
- Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os inputs não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentado nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido directamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("net asset value") divulgado pelas respectivas sociedades gestoras.
- Para os restantes activos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na actualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objecto de calibração regular com o mercado.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Qualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a Standard & Poor's e Moody's ou equivalente e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	31-12-2012				31-12-2011			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas								
AAA	-	23.954.541	-	23.954.541	-	70.309.071	-	70.309.071
AA- até AA+	-	123.894.715	-	123.894.715	-	188.235.764	-	188.235.764
A- até A+	-	64.188.243	48.241.194	112.429.437	55.072.033	260.846.496	134.657.133	450.575.662
BBB- até BBB+	36.346.154	395.009.329	140.302.609	571.658.092	833.201.934	554.031.587	12.775.822	1.400.009.343
BB- até BB+	780.229.467	549.587.677	50.103	1.329.867.247	530.714.137	347.296.465	-	878.010.602
B- até B+	9.040.480	-	6.133.244	15.173.724	83.054.625	66.411.218	4.070.172	153.536.015
Inferior a CCC	8.412.849	2.182.613	38.395.000	48.990.462	-	-	-	-
Sem rating	211.436.896	66.503.569	43.937.860	321.878.325	169.532.205	167.522.223	-	337.054.428
	<u>1.045.465.846</u>	<u>1.225.320.687</u>	<u>277.060.010</u>	<u>2.547.846.543</u>	<u>1.671.574.934</u>	<u>1.654.652.824</u>	<u>151.503.127</u>	<u>3.477.730.885</u>
Activos financeiros disponíveis para venda								
AAA	-	4.790.635	-	4.790.635	-	66.955.919	-	66.955.919
AA- até AA+	-	67.241.204	-	67.241.204	-	6.130.424	-	6.130.424
A- até A+	-	20.208.954	-	20.208.954	-	127.321.129	570.343	127.891.472
BBB- até BBB+	-	103.707.079	-	103.707.079	51.091.747	23.679.875	-	74.771.622
BB- até BB+	159.137.904	543.034	-	159.680.938	60.577.049	5.876.432	-	66.453.481
B- até B+	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	-	13.743.982	-	13.743.982	-	497.102	-	497.102
	<u>159.137.904</u>	<u>210.234.888</u>	<u>-</u>	<u>369.372.792</u>	<u>111.668.796</u>	<u>230.460.881</u>	<u>570.343</u>	<u>342.700.020</u>
Total do valor de balanço	<u>1.204.603.750</u>	<u>1.435.555.575</u>	<u>277.060.010</u>	<u>2.917.219.335</u>	<u>1.783.243.730</u>	<u>1.885.113.705</u>	<u>152.073.470</u>	<u>3.820.430.905</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a desagregação dos títulos de dívida soberana da República Portuguesa, Reino de Espanha e República Italiana, classificada na categoria de activos financeiros disponíveis para venda, por ano de vencimento, era como segue:

Dívida soberana	31-12-2012				31-12-2011			
	Activos financeiros disponíveis para venda				Activos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço		Custo amortizado	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço	
Valor de mercado			Juro corrido	Valor de mercado			Juro corrido	
<b>Portugal</b>								
. Vencimento até 2013	90.573.072	666.543	91.239.615	1.336.720	103.704.444	(14.616.523)	89.087.922	1.670.713
. Vencimento entre 2014 e 2016	56.091.244	(144.107)	55.947.137	696.912	56.227.563	(15.825.688)	40.401.875	691.264
. Vencimento entre 2017 e 2020	206.476	(27.878)	178.598	5.232	207.208	(102.992)	104.216	5.260
. Vencimento após 2020	7.360.946	(609.851)	6.751.095	153.725	7.552.897	(3.289.507)	4.263.390	156.641
	<u>154.231.738</u>	<u>(115.293)</u>	<u>154.116.445</u>	<u>2.192.589</u>	<u>167.692.112</u>	<u>(33.834.709)</u>	<u>133.857.403</u>	<u>2.523.878</u>
<b>Espanha</b>								
. Vencimento até 2013	34.920.833	160.102	35.080.935	49.515	19.678.572	46.011	19.724.583	51.048
. Vencimento entre 2014 e 2016	47.523.290	324.888	47.848.178	973.425	48.308.171	(20.555)	48.287.616	950.774
. Vencimento entre 2017 e 2020	12.034.038	391.712	12.425.750	437.260	14.148.419	313.516	14.461.936	517.047
. Vencimento após 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>94.478.161</u>	<u>876.702</u>	<u>95.354.863</u>	<u>1.460.200</u>	<u>82.135.162</u>	<u>338.972</u>	<u>82.474.134</u>	<u>1.518.870</u>
<b>Itália</b>								
. Vencimento até 2013	264.831	2.588	267.419	2.413	5.247.244	(34.894)	5.212.350	84.526
. Vencimento entre 2014 e 2016	14.680.927	507.386	15.188.313	50.271	14.164.032	(504.310)	13.659.722	50.271
. Vencimento entre 2017 e 2020	1.526.460	(25.940)	1.500.520	-	2.387.743	(540.121)	1.847.622	-
. Vencimento após 2020	14.419.375	(469.374)	13.950.001	1.769	21.126.561	(9.969.898)	11.156.663	1.760
	<u>30.891.593</u>	<u>14.660</u>	<u>30.906.253</u>	<u>54.453</u>	<u>42.925.580</u>	<u>(11.049.223)</u>	<u>31.876.357</u>	<u>136.557</u>
	<u>279.601.492</u>	<u>776.069</u>	<u>280.377.561</u>	<u>3.707.242</u>	<u>292.752.854</u>	<u>(44.544.960)</u>	<u>248.207.894</u>	<u>4.179.305</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não existiam títulos de dívida soberana das Repúblicas Grega e Irlandesa na carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a desagregação dos títulos de dívida soberana da República Portuguesa e do Reino de Espanha, classificada na categoria de activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas, por ano de vencimento, era como segue:

Dívida soberana	31-12-2012				31-12-2011			
	Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas				Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas			
	Custo de aquisição histórico	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço		Custo de aquisição histórico	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço	
Valor de mercado			Juro corrido	Valor de mercado			Juro corrido	
<b>Portugal</b>								
. Vencimento até 2013	172.361.836	5.604.989	177.966.825	2.607.331	338.894.337	(26.027.631)	312.866.706	7.019.376
. Vencimento entre 2014 e 2016	127.532.661	4.559.900	132.092.561	1.044.725	123.880.907	(35.478.325)	88.402.582	978.731
. Vencimento entre 2017 e 2020	349.488.138	(19.783.448)	329.704.690	9.384.359	350.356.665	(155.678.431)	194.678.234	9.432.809
. Vencimento após 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>649.382.635</u>	<u>(9.618.559)</u>	<u>639.764.076</u>	<u>13.036.415</u>	<u>813.131.909</u>	<u>(217.184.387)</u>	<u>595.947.522</u>	<u>17.430.916</u>
<b>Espanha</b>								
. Vencimento até 2013	2.501.375	62.747	2.564.122	9.215	21.428.955	(73.525)	21.355.430	9.190
. Vencimento entre 2014 e 2016	2.569.892	26.775	2.596.667	4.484	-	-	-	-
. Vencimento entre 2017 e 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
. Vencimento após 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>5.071.267</u>	<u>89.522</u>	<u>5.160.789</u>	<u>13.699</u>	<u>21.428.955</u>	<u>(73.525)</u>	<u>21.355.430</u>	<u>9.190</u>
<b>Total</b>	<u>654.453.902</u>	<u>(9.529.037)</u>	<u>644.924.865</u>	<u>13.050.114</u>	<u>834.560.864</u>	<u>(217.257.912)</u>	<u>617.302.952</u>	<u>17.440.106</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não existiam títulos de dívida soberana das Repúblicas Grega, Italiana e Irlandesa na carteira de activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a Standard & Poor's e Moody's ou equivalente:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Total
AAA	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	913.734	913.734	-	1.762.107	1.762.107
A- até A+	-	370.024	370.024	-	3.120	3.120
BBB- até BBB+	305.865.650	2.682	305.868.332	74.883.893	-	74.883.893
BB- até BB+	-	-	-	-	-	-
B- até B+	-	-	-	-	-	-
Sem rating	6.853.920	-	6.853.920	6.678.750	-	6.678.750
	<u>312.719.570</u>	<u>1.286.440</u>	<u>314.006.010</u>	<u>81.562.643</u>	<u>1.765.227</u>	<u>83.327.870</u>

O quadro acima inclui depósitos à ordem e não inclui os valores das comissões de gestão a receber de produtos *unit-linked* pelo facto do risco de crédito ser o da própria Companhia.

Análise de imparidade

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não detinha activos financeiros em incumprimento nas carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos concedidos e contas a receber.

A Companhia detinha em 31 de Dezembro de 2011, 1.857.078 acções do Banco BPI, S.A. a um custo médio de 2,229 Euros por acção, sendo o seu valor de mercado em 31 de Dezembro de 2011 de 0,480 Euros por acção. Durante o exercício de 2011, a Companhia registou perdas por imparidade para este activo no montante de 3.498.812 Euros (Notas 2.2. f) e 17). No exercício de 2012 a Companhia alienou a totalidade das acções que detinha do Banco BPI, S.A., tendo realizado uma mais-valia de 90.763 Euros.

Adicionalmente, a Companhia detinha em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, 18.194.509 unidades de participação do Fundo de Investimento Mobiliário Multiobrigações a um custo médio de 5,877 Euros, sendo o seu valor de mercado nestas datas de 5,364 Euros e 5,076 Euros, respectivamente. Com base na análise efectuada, o Conselho de Administração da Companhia concluiu que este investimento não se encontra em situação de imparidade (Notas 2.2. f) e 17).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se reflectir, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as maturidades contratuais remanescentes dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2012					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	145.135.685	-	-	-	-	145.135.685
Activos financeiros detidos para negociação	-	127.706	-	-	-	127.706
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	277.138.937	500.488.666	1.261.672.859	1.226.172.760	939.025.856	4.204.499.078
Activos financeiros disponíveis para venda	98.992.736	135.694.367	126.906.859	37.271.568	68.107.811	466.973.341
Empréstimos concedidos e contas a receber	562.804	158.290.088	-	-	1.877.073	160.729.965
Contas a receber por operações de seguro directo	6.724.165	-	-	-	-	6.724.165
Contas a receber por operações de resseguro	1.286.440	-	-	-	-	1.286.440
Contas a receber por outras operações	12.461.700	-	-	-	-	12.461.700
	<u>542.302.467</u>	<u>794.600.827</u>	<u>1.388.579.718</u>	<u>1.263.444.328</u>	<u>1.009.010.740</u>	<u>4.997.938.080</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 11)						
Valorizados ao justo valor	(223.974.695)	(482.355.850)	(1.191.967.347)	(1.213.468.060)	(953.343.882)	(4.065.109.834)
Valorizados ao custo amortizado	(35.146.330)	(2.408.844)	(16.691.953)	(2.228.255)	(11.246.097)	(67.721.479)
	<u>(259.121.025)</u>	<u>(484.764.694)</u>	<u>(1.208.659.300)</u>	<u>(1.215.696.315)</u>	<u>(964.589.979)</u>	<u>(4.132.831.313)</u>
Outros passivos financeiros						
Passivos subordinados	-	-	-	-	(14.000.000)	(14.000.000)
Depósitos recebidos de resseguradores	(6.821.225)	-	-	-	-	(6.821.225)
Outros	(173.085.662)	(207.775)	(821.015)	(322.457)	-	(174.436.909)
Contas a pagar por operações de seguro directo	(13.883.982)	-	-	-	-	(13.883.982)
Contas a pagar por operações de resseguro	(27.878.062)	-	-	-	-	(27.878.062)
Contas a pagar por outras operações	(10.260.978)	-	-	-	-	(10.260.978)
	<u>(491.050.934)</u>	<u>(484.972.469)</u>	<u>(1.209.480.315)</u>	<u>(1.216.018.772)</u>	<u>(978.589.979)</u>	<u>(4.380.112.469)</u>
	<u>51.251.533</u>	<u>309.628.358</u>	<u>179.099.403</u>	<u>47.425.556</u>	<u>30.420.761</u>	<u>617.825.611</u>
	2011					
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	35.409.035	-	-	-	-	35.409.035
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	298.981	-	-	298.981
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	489.339.154	732.123.540	869.153.643	1.345.431.096	1.063.941.170	4.499.988.603
Activos financeiros disponíveis para venda	167.103.418	31.703.476	197.448.555	34.906.898	73.984.770	505.147.117
Empréstimos concedidos e contas a receber	34.147.669	3.501.435	-	-	1.825.754	39.474.858
Contas a receber por operações de seguro directo	6.579.848	-	-	-	-	6.579.848
Contas a receber por operações de resseguro	1.765.266	-	-	-	-	1.765.266
Contas a receber por outras operações	13.645.370	-	-	-	-	13.645.370
	<u>747.989.760</u>	<u>767.328.451</u>	<u>1.066.901.179</u>	<u>1.380.337.994</u>	<u>1.139.751.694</u>	<u>5.102.309.078</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 11)						
Valorizados ao justo valor	(56.243.472)	(830.239.999)	(1.043.169.266)	(1.239.080.793)	(869.636.530)	(4.038.370.060)
Valorizados ao custo amortizado	(421.095)	(608.850)	(18.911.775)	(2.130.620)	(27.655.621)	(49.727.961)
	<u>(56.664.567)</u>	<u>(830.848.849)</u>	<u>(1.062.081.041)</u>	<u>(1.241.211.413)</u>	<u>(897.292.151)</u>	<u>(4.088.098.021)</u>
Outros passivos financeiros						
Passivos subordinados	-	-	-	-	(14.000.000)	(14,000.000)
Depósitos recebidos de resseguradores	(7.954.436)	-	-	-	-	(7,954.436)
Outros	(490.079.279)	(550.239)	(466.433)	(6.338.102)	-	(497.434.053)
Contas a pagar por operações de seguro directo	(22.738.761)	-	-	-	-	(22.738.761)
Contas a pagar por operações de resseguro	(4.456.996)	-	-	-	-	(4,456.996)
Contas a pagar por outras operações	(4.154.976)	-	-	-	-	(4,154.976)
	<u>(586.049.015)</u>	<u>(831.399.088)</u>	<u>(1.062.547.474)</u>	<u>(1.247.549.515)</u>	<u>(911.292.151)</u>	<u>(4.638.837.243)</u>
	<u>161.940.745</u>	<u>(64.070.637)</u>	<u>4.353.705</u>	<u>132.788.479</u>	<u>228.459.543</u>	<u>463.471.835</u>

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade efectiva de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros “*unit-linked*” sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que o depósito recebido da resseguradora Genworth tem vencimento trimestral, em conformidade com o estabelecido no respectivo tratado de resseguro.
- Considerou-se que as prestações acessórias (Nota 12), nos montantes de 46.889.488 Euros e 53.446.703 Euros em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, e incluídas na rubrica “Outros passivos financeiros - Outros” são exigíveis até 3 meses, decorrente do mencionado na Nota 2.2. d).

#### Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo o risco de taxa de juro.

#### Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o impacto estimado nos capitais próprios de uma deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 “basis points”, apresenta a seguinte composição:

	2012		2011	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	(265.405)	265.405	64.406	(64.406)

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à excepção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos “*unit-linked*”. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projectou os fluxos de caixa dos activos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR Swap Zero Coupon Yield Curve, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

#### Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

##### **Risco de Crédito**

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do rating da emissão/emissor das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pelo ISP. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz respeito a dívida não soberana, só estão autorizadas aquisições de títulos (Senior, Lower Tier 2 e Corporate) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de rating Fitch IBCA (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afectas aos produtos.



Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efectuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os activos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar a nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas. O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende reflectir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do activo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos activos referenciados via CDS);
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*;
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

### **Risco de Mercado**

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos activos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio, índices bolsistas e "commodities".

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de activos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre activos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de preço do mercado accionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por activos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos activos.

Na sua generalidade, os activos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no spread de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos activos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

É definido em Comité de Investimentos a *Modified Duration* média para as carteiras com características de taxa fixa e o desvio máximo permitido, a qual é calculada periodicamente e monitorizada em Comité de Investimentos. Proceda-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos.

A sensibilidade dos activos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados a estes produtos.

### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez corresponde ao risco na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efectuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à:

- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro nos activos financeiros e passivos técnicos (passivos resultantes dos contratos de seguro e de investimento) de curto prazo (maturidade igual ou inferior a um ano); e
- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de activos financeiros e dos passivos técnicos.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos activos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os activos financeiros e os passivos técnicos associados aos produtos "unit-linked" são considerados como exigíveis "à vista" pelo montante do respectivo justo valor desses activos e passivos à data de cada relato financeiro.

### **Risco Operacional**

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Actos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de activos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;

- Fraude Externa - Actos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudarem e apropriarem-se indevidamente de activos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Actos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Activos Físicos - Perdas ou danos em activos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transacções ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vectores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efectiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspecto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efectiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efectividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respectiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de auto-avaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objectivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as acções correctoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às acções correctoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das acções correctoras eleitas, é efectuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

6. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2012 e 2011, o movimento nas rubricas de outros activos tangíveis foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2011			31-12-2012			Saldo em 31-12-2012			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 21)	Alienações e abates (valor bruto)	Alienações e abates (amortizações acumuladas)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	358.388	(349.044)	9.344	-	(3.760)	-	-	358.388	(352.804)	5.584
Equipamento informático	1.626.285	(1.613.039)	13.246	2.223	(10.471)	-	-	1.626.285	(1.623.510)	4.998
Material de transporte	190.304	(78.854)	111.450	-	(45.217)	-	-	190.304	(124.071)	66.233
Outros activos tangíveis	177.900	(177.880)	20	-	(20)	-	-	177.900	(177.900)	-
	<u>2.352.877</u>	<u>(2.218.817)</u>	<u>134.060</u>	<u>2.223</u>	<u>(59.468)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.355.100</u>	<u>(2.278.285)</u>	<u>76.815</u>

	Saldo em 31-12-2010			31-12-2011			Saldo em 31-12-2011			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates (valor bruto)	Alienações e abates (amortizações acumuladas)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	356.174	(345.407)	10.767	2.214	(3.637)	-	-	356.174	(349.044)	9.344
Equipamento informático	1.621.273	(1.598.018)	23.255	5.012	(15.021)	-	-	1.621.273	(1.613.039)	13.246
Material de transporte	156.629	(87.382)	69.247	84.623	(42.420)	(50.948)	50.948	190.304	(78.854)	111.450
Outros activos tangíveis	177.900	(177.761)	139	-	(119)	-	-	177.900	(177.880)	20
	<u>2.311.976</u>	<u>(2.208.568)</u>	<u>103.408</u>	<u>91.849</u>	<u>(61.197)</u>	<u>(50.948)</u>	<u>50.948</u>	<u>2.352.877</u>	<u>(2.218.817)</u>	<u>134.060</u>

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2012 e 2011, o movimento na rubrica de activos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	Saldo em 31-12-2011			31-12-2012			Saldo em 31-12-2012		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 21)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	2.726.758	(2.369.874)	356.884	225.620	(135.061)	2.952.378	(2.504.935)	447.443	
Outros activos intangíveis	107.677	(107.677)	-	-	-	107.677	(107.677)	-	
Activos intangíveis em curso	-	-	-	1.194.598	-	1.194.598	-	1.194.598	
	<u>2.834.435</u>	<u>(2.477.551)</u>	<u>356.884</u>	<u>1.420.218</u>	<u>(135.061)</u>	<u>4.254.653</u>	<u>(2.612.612)</u>	<u>1.642.041</u>	

	Saldo em 31-12-2010			31-12-2011			Saldo em 31-12-2011		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	2.332.066	(2.306.863)	25.203	394.692	(63.011)	2.726.758	(2.369.874)	356.884	
Outros activos intangíveis	107.677	(107.677)	-	-	-	107.677	(107.677)	-	
	<u>2.439.743</u>	<u>(2.414.540)</u>	<u>25.203</u>	<u>394.692</u>	<u>(63.011)</u>	<u>2.834.435</u>	<u>(2.477.551)</u>	<u>356.884</u>	

Em 2012 e 2011, a Companhia adquiriu e implementou *software*, nos montantes de 225.620 Euros e 394.692 Euros, respectivamente.

Em 2012, o aumento da rubrica "Activos intangíveis em curso" respeita a *software* relacionado com o projecto Solvência II, que se encontra em fase de desenvolvimento.

8. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Comissão de gestão a receber de produtos "unit-linked"	12.331.953	13.546.515
Prémios em cobrança	6.649.530	6.511.418
Devedores por contratos de resseguro		
New Reinsurance	913.734	-
CNP Assurances	272.752	-
Cardif	97.272	145.765
National Reinsurance	2.682	3.120
Swiss Re (Suíza)	-	667.840
Munich	-	505.040
General Cologne	-	296.366
Partner Re	-	147.096
Santander Seguros y Reaseguros	-	39
Mediadores	105.144	98.792
Outros	129.747	99.002
	-----	-----
	20.502.814	22.020.993
	-----	-----
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 15)	( 30.509 )	( 30.509 )
	-----	-----
	20.472.305	21.990.484
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante de 913.734 Euros a receber do ressegurador New Reinsurance respeita ao valor devido pela resolução de um tratado de resseguro relativo a apólices emitidas entre 1 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo a receber do ressegurador CNP Assurances incluía essencialmente a participação nos resultados de resseguro cedido relativa ao exercício de 2012.

Os saldos de instrumentos financeiros com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 30.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

9. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<u>Activo</u>		
Seguros	59.935	50.202
	-----	-----
	59.935	50.202
	=====	=====
<u>Passivo</u>		
Acréscimos de custos relativos a comissões	1.404.884	598.212
Comissões pela prestação de colaterais	1.178.500	-
Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	303.637	306.856
Prémios de desempenho a pagar a colaboradores (Nota 22)	262.058	459.117
Juros a liquidar de passivos subordinados	1.494	2.520
Prémio de Permanência	15.598	-
	-----	-----
	3.166.171	1.366.705
	-----	-----
Outros acréscimos de custos por natureza:		
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	479.329	456.830
- Contratos de manutenção informática	212.038	166.655
- Fornecimentos e serviços externos	314.237	109.139
- Outros	91.123	151.651
	-----	-----
	1.096.727	884.275
	-----	-----
Outros custos a pagar	175.207	-
	-----	-----
	4.438.105	2.250.980
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica "Acréscimos de custos relativos a comissões" inclui os montantes de 1.132.778 Euros e 275.988 Euros, respectivamente, respeitantes à comissão a pagar a uma empresa do grupo pela gestão dos activos financeiros da Companhia, a qual é calculada trimestralmente sobre o valor das carteiras no final de cada mês e cobrada no final do primeiro mês após o final de cada trimestre. Em 31 de Dezembro de 2012 encontrava-se por pagar a totalidade das comissões referentes ao ano de 2012. Em 31 de Dezembro de 2011 encontrava-se por pagar a comissão referente ao 4º trimestre de 2011, que foi paga em 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Comissões pela prestação de colaterais" corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Outros custos a pagar" respeita essencialmente a custos incorridos com a montagem do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Notas 10 e 20).

10. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro directo e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<b><u>Seguro directo:</u></b>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	296.905.761	324.961.418
Mistos	6.297.348	7.330.700
<i>Universal life</i>	2.043.537	2.190.377
Rendas	304.714	323.134
	-----	-----
	305.551.360	334.805.629
Provisão para prémios não adquiridos	50.916.133	58.177.142
	-----	-----
Provisão para participação nos resultados atribuída	886.906	490.253
	-----	-----
Provisão para participação nos resultados a atribuir	11.581.387	1.828.211
	-----	-----
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	17.862.921	19.093.485
Sinistros não declarados (IBNR)	2.557.654	5.067.670
Custos de gestão de sinistros	255.592	328.028
	-----	-----
	20.676.167	24.489.183
	-----	-----
	389.611.953	419.790.418
	-----	-----
<u>Ramos Não Vida</u>		
Provisão para prémios não adquiridos	65.146	74.101
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	9.060	9.981
	-----	-----
	74.206	84.082
	-----	-----
	389.686.159	419.874.500
	=====	=====

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<b><u>Resseguro cedido:</u></b>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática	169	177
Provisão para prémios não adquiridos	48.347.477	25.244.052
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	11.212.035	4.544.730
	-----	-----
	59.559.681	29.788.959
	-----	-----
<u>Ramos Não Vida</u>		
Provisão para prémios não adquiridos	21.661	24.639
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	2.718	2.994
	-----	-----
	24.379	27.633
	-----	-----
	59.584.060	29.816.592
	=====	=====

Em Julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited (“Ressegurador”) um tratado de resseguro proporcional (“Contrato”), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de Junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco (“Carteira”). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de Abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 Euros, equivalente à estimativa do valor actual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela Companhia relativamente aos prémios futuros. Estas comissões são pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efectiva e total transferência dos seguintes riscos:

- i) Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;
- ii) Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afecta nem afectará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- iii) Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projectado, não afectarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- (i) Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- (ii) Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- (iii) Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.



Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que elegera como política contabilística a adoptar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do período, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

O montante efectivamente recebido ascendeu a 201.750.000 Euros, correspondente ao líquido entre a comissão de resseguro cedido de 239.600.000 Euros e o prémio de resseguro cedido de 37.850.000 Euros, os quais foram integralmente reconhecidos no resultado do período, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro” (Nota 20) e na rubrica “Prémios de resseguro cedido” (Nota 18), respetivamente. Simultaneamente, foi registado um proveito correspondente à variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, no montante de 37.850.000 Euros, na respetiva rubrica da demonstração de ganhos e perdas.

Na sequência desta operação, a Companhia registou ainda na rubrica “Prémios de resseguro cedido” custos de 19.800.000 Euros correspondentes à estimativa dos encargos a incorrer com o cancelamento de tratados de resseguro existentes anteriormente.

Posteriormente aos registos iniciais, a Companhia tem vindo a contabilizar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato após 1 de Abril de 2012. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, estabelecido entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros, comissões e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro direto, com exceção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das apólices resseguradas. Os montantes registados em resseguro cedido durante o período compreendido entre 1 de Abril e 31 de Dezembro de 2012 têm a seguinte composição:

Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	( 66.310.001 )
Encargos de gestão	1.631.226
	-----
Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido (Nota 18)	( 64.678.775 )
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	( 9.771.026 )
Custos com sinistros de resseguro cedido	18.978.324
Comissões de resseguro cedido	22.797.553
	-----
	( 32.673.924 )
	=====

As comissões de resseguro cedido recebidas do Ressegurador são equivalentes às comissões de mediação pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

Adicionalmente, no âmbito do cumprimento deste contrato, o Banco Santander Totta, S.A. constituiu um depósito inicial no montante de 201.750.000 Euros junto do Bank of New York Mellon. Este depósito será progressivamente mobilizável ao longo dos próximos dez anos. Em 31 de Dezembro de 2012, o depósito ascendia a cerca de 188.916.000 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na provisão matemática, na provisão para prémios não adquiridos e na provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída de seguro directo e de resseguro cedido do Ramo Vida, nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	31-12-2012			
	Saldo em 31-12-2011	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2012
<b>Seguro directo</b>				
Provisão matemática	334.805.629	(29.377.225)	122.956	305.551.360
Provisão para prémios não adquiridos	58.177.142	(7.261.009)	-	50.916.133
Provisão para participação nos resultados a atribuir	1.828.211	9.753.176	-	11.581.387
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de seguro	347.357	420.634	(253.815)	514.176
De contratos de investimento com participação discrionária nos resultados	142.896	352.790	(122.956)	372.730
	<u>490.253</u>	<u>773.424</u>	<u>(376.771)</u>	<u>886.906</u>
	<u>395.301.235</u>	<u>(26.111.634)</u>	<u>(253.815)</u>	<u>368.935.786</u>
<b>Resseguro cedido</b>				
Provisão matemática	(177)	8	-	(169)
Provisão para prémios não adquiridos	(25.244.052)	(23.103.425)	-	(48.347.477)
	<u>(25.244.229)</u>	<u>(23.103.417)</u>	<u>-</u>	<u>(48.347.646)</u>
	<u>370.057.006</u>	<u>(49.215.051)</u>	<u>(253.815)</u>	<u>320.588.140</u>
	31-12-2011			
	Saldo em 31-12-2010	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2011
<b>Seguro directo</b>				
Provisão matemática	351.240.062	(16.434.433)	-	334.805.629
Provisão para prémios não adquiridos	62.992.339	(4.815.197)	-	58.177.142
Provisão para participação nos resultados a atribuir	4.733.360	(2.905.149)	-	1.828.211
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de seguro	798.785	317.769	(769.197)	347.357
De contratos de investimento com participação discrionária nos resultados	55.249	87.647	-	142.896
	<u>854.034</u>	<u>405.416</u>	<u>(769.197)</u>	<u>490.253</u>
Provisão para estabilização da carteira	4.670.000	(4.670.000)	-	-
	<u>424.489.795</u>	<u>(28.419.363)</u>	<u>(769.197)</u>	<u>395.301.235</u>
<b>Resseguro cedido</b>				
Provisão matemática	(227)	50	-	(177)
Provisão para prémios não adquiridos	(29.781.894)	4.537.842	-	(25.244.052)
	<u>(29.782.121)</u>	<u>4.537.892</u>	<u>-</u>	<u>(25.244.229)</u>
	<u>394.707.674</u>	<u>(23.881.471)</u>	<u>(769.197)</u>	<u>370.057.006</u>

No exercício de 2012, a diminuição líquida da provisão matemática de seguro directo inclui transferências para contratos de investimento no montante total de 31.286.753 Euros relacionadas com o vencimento de três modalidades-versão dos produtos “Seguro Poupança Garantida”, “Seguro Poupança Garantida 2007” e “Seguro Poupança Garantida PPR 3,5%” em 31 de Dezembro de 2011, 31 de Março de 2012 e 30 de Setembro de 2012, respectivamente. Estes produtos tinham sido subscritos em 27 de Maio de 2006, 2 de Janeiro de 2007 e 2 de Abril de 2007, respectivamente, prevendo taxas técnicas mínimas garantidas e participação nos resultados de 90% do rendimento do respectivo fundo autónomo afecto deduzido do respectivo encargo de gestão e da taxa técnica mínima garantida, distribuída apenas na data de vencimento aos contratos que se encontrassem em vigor nessa data. Nas condições desse produto refere-se que os tomadores de seguro tinham duas opções na data de vencimento: (i) Continuar no mesmo contrato, sem garantia de capital nem de rentabilidade; ou (ii) Transferir, a pedido do tomador e mediante autorização da Companhia, o saldo da conta poupança (correspondente à provisão matemática na data de vencimento) para um outro plano de poupança em comercialização na Companhia, isento de encargos de subscrição e transferência. A título de “prémio de fidelização e de incentivo à permanência”, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo do produto “Seguro Poupança Garantida” para 31 de Dezembro de 2014, incrementando a taxa técnica garantida e não prevendo qualquer participação nos resultados.

A diminuição líquida da provisão matemática de seguro directo em 2011 inclui uma transferência para contratos de investimento no montante de 39.374.107 Euros relacionada com o vencimento das modalidades-versão do produto “Poupança Garantida 5+” em 15 de Janeiro de 2011 e 30 de Junho de 2011. Esse produto foi subscrito em 2006, prevendo uma taxa técnica mínima garantida e uma participação nos resultados de 90% do rendimento do respectivo fundo autónomo afecto deduzido do respectivo encargo de gestão e da taxa técnica mínima garantida, distribuída apenas na data de vencimento aos contratos que se encontrassem em vigor nessa data. Nas condições desse produto refere-se que os tomadores de seguro tinham duas opções na data de vencimento: (i) Continuar no mesmo contrato, sem garantia de capital nem de rentabilidade; ou (ii) Transferir, a pedido do tomador e mediante autorização da Companhia, o saldo da conta poupança (correspondente à provisão matemática na data de vencimento) para um outro plano de poupança em comercialização na Companhia, isento de encargos de subscrição e transferência. A título de “prémio de fidelização e de incentivo à permanência”, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de vencimento de duas dessas modalidades-versão para 30 de Junho de 2016, incrementando a taxa técnica garantida e não prevendo qualquer participação nos resultados.

O aumento das responsabilidades reconhecidas na provisão para participação nos resultados a atribuir no exercício de 2012 ascendeu a 9.753.176 Euros. Este montante inclui 9.832.737 Euros resultantes do aumento da parte estimada dos tomadores de seguro nas valias potenciais líquidas associadas aos activos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 17) e uma redução de 79.561 Euros originada pela especialização de mais-valias realizadas diferidas em balanço.

A diminuição das responsabilidades reconhecidas na provisão para participação nos resultados a atribuir no exercício de 2011 foi de 2.905.149 Euros, dos quais 2.788.864 Euros resultam da diminuição da parte estimada dos tomadores de seguro nas valias potenciais líquidas associadas aos activos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 17) e 116.285 Euros resultam da especialização de mais-valias realizadas diferidas em balanço.

A distribuição da participação nos resultados de contratos de seguro nos exercícios de 2012 e 2011, nos montantes de 253.815 Euros e 769.197 Euros, respectivamente, foi integralmente paga em numerário.

A distribuição da participação nos resultados de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados no exercício de 2012, no montante de 122.956 Euros, foi integralmente distribuída por incorporação na provisão matemática.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as provisões para prémios não adquiridos de seguro directo apresentam a seguinte composição:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total
De seguro directo						
De seguros de vida	56.836.094	(5.919.961)	50.916.133	64.900.943	(6.723.801)	58.177.142
De seguros não vida	65.146	-	65.146	74.101	-	74.101
	<u>8.532.102</u>	<u>(5.919.961)</u>	<u>2.612.141</u>	<u>39.706.353</u>	<u>(6.723.801)</u>	<u>32.982.552</u>

A variação nos custos de aquisição diferidos, no montante de 803.840 Euros, encontra-se registada na rubrica “Custos e gastos de exploração líquidos – Custos de aquisição diferidos (variação)” (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as provisões para sinistros de seguro directo e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2012				31-12-2011			
	Declarados	Não declarados	Custo de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custo de gestão de sinistros	Total
De seguro directo								
De seguros de vida								
Temporários	17.804.853	2.557.654	254.832	20.617.339	19.045.009	5.067.670	327.195	24.439.874
Mistos	51.188	-	683	51.871	43.171	-	742	43.913
Rendas	3.010	-	42	3.052	2.881	-	49	2.930
Universal life	3.870	-	35	3.905	2.424	-	42	2.466
	<u>17.862.921</u>	<u>2.557.654</u>	<u>255.592</u>	<u>20.676.167</u>	<u>19.093.485</u>	<u>5.067.670</u>	<u>328.028</u>	<u>24.489.183</u>
De seguros não vida	9.060	-	-	9.060	9.981	-	-	9.981
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(11.212.035)	-	-	(11.212.035)	(4.544.730)	-	-	(4.544.730)
De seguros não vida	(2.718)	-	-	(2.718)	(2.994)	-	-	(2.994)
Total	<u>6.657.228</u>	<u>2.557.654</u>	<u>255.592</u>	<u>9.470.474</u>	<u>14.555.742</u>	<u>5.067.670</u>	<u>328.028</u>	<u>19.951.440</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2012 e 2011 ao nível das provisões para sinistros de seguro directo do ramo vida relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

2012				
	Provisão para sinistros em 31-12-2011	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2012 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	24.489.183	10.586.808	8.243.818	(5.658.557)

2011				
	Provisão para sinistros em 31-12-2010	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2011 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	23.647.717	9.534.679	10.713.280	(3.399.758)

(\*) – Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Os sinistros relativos aos anos N-1 e anteriores são relevados nas rubricas de “Provisão para sinistros (variação) – Montante bruto” e “Montantes pagos – Montantes brutos” do exercício, sendo identificados como relativos a anos anteriores aquando da abertura e pagamento, respectivamente. O acerto ao montante dos custos com sinistros do exercício é feito pela actualização da provisão para sinistros não declarados (“IBNR”) em cada data de relato financeiro. O saldo de reajustamentos nos exercícios de 2012 e 2011 é composto como segue:

	2012	2011
Reajustamento da provisão para IBNR	( 2.510.013 )	( 2.126.318 )
Reajustamentos das provisões para sinistros declarados	( 2.892.952 )	( 945.412 )
Reajustamento da provisão para custos de gestão de sinistros	( 255.592 )	( 328.028 )
	-----	-----
	( 5.658.557 )	( 3.399.758 )
	=====	=====

Em 2012 e 2011, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2012				Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	28.987.698	(18.069.412)	(3.707.846)	(6.667.305)	543.135
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	38.257.291	-	144.960	-	38.402.251
	67.244.989	(18.069.412)	(3.562.886)	(6.667.305)	38.945.386
Ramo não vida	22.942	(6.883)	(921)	276	15.414
Total	67.267.931	(18.076.295)	(3.563.807)	(6.667.029)	38.960.800

	2011				Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	20.454.434	(5.608.496)	1.350.564	659.534	16.856.036
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	41.345.926	-	53.561	-	41.399.487
	61.800.360	(5.608.496)	1.404.126	659.534	58.255.524
Ramo não vida	18.854	(5.656)	(648)	194	12.744
Total	61.819.214	(5.614.152)	1.403.478	659.728	58.268.268

Evolução dos custos com sinistros do ramo não vida - acidentes pessoais

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição da provisão para sinistros declarados de seguro directo do ramo acidentes pessoais, por ano de ocorrência, é a seguinte:

<u>Ano de ocorrência do sinistro</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
2012	3.230	-
2011	1.502	5.654
2010	1.913	1.912
2009	2.040	2.040
2008	375	375
	<u>9.060</u>	<u>9.981</u>

As provisões para sinistros do ramo acidentes pessoais não são descontadas.

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2012 e 2011 relativos a sinistros ocorridos em anos anteriores foram os seguintes:

	2012			
	<u>Provisão para sinistros em 31-12-2011</u>	<u>Montantes pagos no exercício (*)</u>	<u>Provisão para sinistros em 31-12-2012 (*)</u>	<u>Reajustamentos</u>
Ramo acidentes pessoais	<u>9.981</u>	<u>7.374</u>	<u>5.830</u>	<u>3.223</u>

	2011			
	<u>Provisão para sinistros em 31-12-2010</u>	<u>Montantes pagos no exercício (*)</u>	<u>Provisão para sinistros em 31-12-2011 (*)</u>	<u>Reajustamentos</u>
Ramo acidentes pessoais	<u>10.629</u>	<u>4.459</u>	<u>4.327</u>	<u>(1.843)</u>

(\*) – Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Não se registaram quaisquer reembolsos nos exercícios de 2012 e de 2011.

Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64 e GKM80 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

### Políticas de gestão de risco de seguro

Em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar nº 14/2005-R, de 19 de Julho, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia implementou os seus Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, no sentido de dar resposta aos principais objectivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos activos;
- Controlo dos riscos da sua actividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos activos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

	31-12-2012		
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Outros
<b>Capital seguro</b>			
Ramo vida			
Temporários e Rendas			
Crédito Habitação	12.524.937.403	11.732.970.183	-
Colectivos	983.877.334	595.517.625	-
Plano Protecção	4.821.773.656	4.637.493.018	-
Crédito ao Consumo	1.518.956.716	843.907.006	-
Outros	74.497.859	7.310.758	-
	<u>19.924.042.968</u>	<u>17.817.198.590</u>	<u>-</u>
Ramos não vida			
Acidentes pessoais	-	-	322.405.960
	<u>19.924.042.968</u>	<u>17.817.198.590</u>	<u>322.405.960</u>
	31-12-2011		
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Outros
<b>Capital seguro</b>			
Ramo vida			
Temporários e Rendas			
Crédito Habitação	13.012.249.286	12.218.277.562	-
Colectivos	1.032.915.978	647.653.293	-
Plano Protecção	4.716.276.488	4.605.382.415	-
Crédito ao Consumo	1.578.979.200	1.132.601.536	-
Outros	90.363.324	8.077.715	-
	<u>20.430.784.276</u>	<u>18.611.992.520</u>	<u>-</u>
Ramos não vida			
Acidentes pessoais	-	-	391.112.830
	<u>20.430.784.276</u>	<u>18.611.992.520</u>	<u>391.112.830</u>



Análises de sensibilidade – risco de seguro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o efeito da alteração das tábuas de mortalidade na provisão para prémios não adquiridos no que se refere aos principais produtos de risco do ramo vida explorados pela Companhia é como segue:

Plano Génesis

Produto	2012			Provisão para prémios não adquiridos
	GKM80	GKM95	GKM80 - 60%	31-12-2012
Génesis				
Periódico	4.914.108	4.886.960	4.874.951	4.955.294
Não Periódico	790.522	790.306	790.216	790.802
	<u>5.704.630</u>	<u>5.677.266</u>	<u>5.665.167</u>	<u>5.746.096</u>
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2012	(41.466)	(68.830)	(80.929)	
	-0,72%	-1,20%	-1,41%	

Produto	2011			Provisão para prémios não adquiridos
	GKM80	GKM95	GKM80 - 60%	31-12-2011
Génesis				
Periódico	5.799.009	5.763.984	5.747.933	5.853.916
Não Periódico	941.604	941.334	941.222	941.960
	<u>6.740.613</u>	<u>6.705.318</u>	<u>6.689.155</u>	<u>6.795.876</u>
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2011	(55.263)	(90.558)	(106.721)	
	-0,81%	-1,33%	-1,57%	

A tábua de mortalidade utilizada no cálculo da provisão para prémios não adquiridos do “Plano Génesis” em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é a PM 60/64.

Crédito ao consumo

Produto	2012		Provisão para prémios não adquiridos
	GKM95+ Idade Real	GKM80 - 60% Idade Real	31-12-2012
Crédito ao Consumo	14.096.492	13.060.512	14.182.422
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2012	(85.930)	(1.121.910)	
	-0,61%	-7,91%	

Produto	2011		Provisão para prémios não adquiridos
	GKM95+ Idade Real	GKM80 - 60% Idade Real	31-12-2011
Crédito ao Consumo	16.256.661	15.061.926	16.355.759
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2011	(99.098)	(1.293.833)	
	-0,61%	-7,91%	

A tábua de mortalidade utilizada no cálculo da provisão para prémios não adquiridos do “Crédito ao Consumo” em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é a GKM 80.

A Companhia não realizou análises de sensibilidade para os produtos temporários relativos ao crédito à habitação em virtude de os respectivos prémios serem fraccionados mensalmente. O facto de existir provisão para prémios não adquiridos nesses produtos resulta do facto de, em algumas apólices, o fraccionamento mensal não coincidir com o final do mês.

Adicionalmente, a Companhia não efectuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com seis: Abbey Life, Swiss Re, General Cologne Re, Partner Re, Genworth e Munich Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de Dezembro de 2012 são os que constam da tabela seguinte:

#### Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
Swiss Re	AA-
Gen Re	AA+
Munich Reinsurance Co.	AA-
Partner Re	A+
Genworth	A-
Cardif	A+
AXA France Vie / AXA France IARD	A+
RGA Insurance Company	AA-
Nacional de Reaseguros	BBB-
CNP	A+
Santander Seguros y Reaseguros (1)	Sem rating

(1) Companhia do Grupo Santander.

#### Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respectivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objectivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é efectuada anualmente pelo Actuário Responsável.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adoptada tem em conta as políticas de tarifação e subscrição de riscos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito essencialmente às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2012	2011	2010	2009	2008
Rácio de sinistralidade	20,44%	17,87%	20,31%	19,09%	21,06%
Rácio de despesas de aquisição	36,77%	46,75%	49,25%	54,90%	59,68%
Rácio combinado	57,21%	64,62%	69,56%	73,98%	80,74%

11. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012				Montante gerido em 31-12-2012
	Montante gerido em 31-12-2011	Montantes		Variações de ganhos e perdas	
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	3.986.893.956	544.267.939	(1.174.026.282)	654.879.708	4.012.015.321
PPR	51.476.104	9.773.068	(10.716.847)	2.562.188	53.094.513
	<u>4.038.370.060</u>	<u>554.041.007</u>	<u>(1.184.743.129)</u>	<u>657.441.896</u>	<u>4.065.109.834</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	17.285.948	2.640.944	(1.958.788)	552.168	18.520.272
PPR	32.442.013	27.516.335	(12.465.654)	1.708.513	49.201.207
	<u>49.727.961</u>	<u>30.157.279</u>	<u>(14.424.442)</u>	<u>2.260.681</u>	<u>67.721.479</u>
	<u>4.088.098.021</u>	<u>584.198.286</u>	<u>(1.199.167.571)</u>	<u>659.702.577</u>	<u>4.132.831.313</u>
	2011				Montante gerido em 31-12-2011
Montante gerido em 31-12-2010	Montantes		Variações de ganhos e perdas		
	Entradas	Saídas			
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	4.253.870.428	953.213.884	(1.178.387.460)	(41.802.896)	3.986.893.956
PPR	47.831.650	25.033.029	(21.121.090)	(267.485)	51.476.104
	<u>4.301.702.078</u>	<u>978.246.913</u>	<u>(1.199.508.549)</u>	<u>(42.070.381)</u>	<u>4.038.370.060</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	15.252.827	3.166.393	(1.775.523)	642.252	17.285.948
PPR	16.582.331	21.366.641	(6.317.245)	810.286	32.442.013
	<u>31.835.158</u>	<u>24.533.033</u>	<u>(8.092.768)</u>	<u>1.452.538</u>	<u>49.727.961</u>
	<u>4.333.537.236</u>	<u>1.002.779.947</u>	<u>(1.207.601.318)</u>	<u>(40.617.843)</u>	<u>4.088.098.021</u>

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2012 e 2011 encontram-se detalhadas na Nota 26.

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos "unit-linked" (Nota 2.2.b)). Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

Não obstante o referido no parágrafo anterior, por motivos de natureza comercial, a Companhia decidiu suportar em 2011 custos relativos a perdas de capital em produtos que se venceram durante o ano e que tinham sido comercializados até 2008, que nos termos dos respectivos contratos seriam atribuíveis aos tomadores de seguro, tendo assumido também o pagamento das remunerações indicativas, num montante total de aproximadamente 27.655.000 Euros. A Companhia assumiu ainda em 2012, por motivos de natureza comercial, custos relacionados com três produtos “*unit-linked*” num montante total aproximado de 1.852.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2012, a Companhia não registou quaisquer provisões para eventuais compromissos desta natureza relativos aos produtos em vigor nesta data, atendendo a que o Conselho de Administração considera não existirem quaisquer obrigações legais ou construtivas que exijam à Companhia a realização de pagamentos adicionais face aos previstos contratualmente.

## 12. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Passivos subordinados	14.000.000	14.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	6.821.225	7.954.436
Outros passivos financeiros		
Dividendos antecipados (Nota 17)	74.000.000	-
Prestações acessórias	46.889.488	53.446.703
Instrumentos financeiros derivados		
De produtos “ <i>unit-linked</i> ”	1.349.564	7.354.138
De outros produtos	1.683	18.785
Descobertos em depósitos à ordem (produtos “ <i>unit-linked</i> ”)	39.788.576	36.058.114
Comissão de gestão a pagar (produtos “ <i>unit-linked</i> ”)	12.331.953	13.546.515
Compras de títulos pendentes de liquidação	-	18.409.369
Repo	-	368.561.360
Outros	75.645	39.069
	-----	-----
	174.436.909	497.434.053
	-----	-----
	195.258.134	519.388.489
	=====	=====

A rubrica “Passivos subordinados” refere-se ao empréstimo obrigacionista subordinado emitido pela Companhia em 30 de Dezembro de 2002, denominado “Totta Seguros 2002”. Este empréstimo tem duração indeterminada e está representado por 280 obrigações de valor nominal de 50.000 Euros cada. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, sendo a taxa de juro variável indexada à Euribor a seis meses, divulgada pela Reuters no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,60%. Este empréstimo apenas poderá ser reembolsado a pedido da Companhia, após autorização prévia do Instituto de Seguros de Portugal. O empréstimo foi integralmente subscrito pelo Banco Santander Totta, S.A. (Nota 30).

Em 2009 a Companhia celebrou um tratado de resseguro com a Genworth, o qual prevê a retenção a essa resseguradora, calculada numa base trimestral, do valor correspondente à soma da provisão relativa aos prémios cedidos e não adquiridos e da correspondente provisão para sinistros, incluindo IBNR. Tal retenção vence juros à taxa Euribor a 12 meses acrescida de 50 pontos base, considerando o número de dias efectivos reais (ACT/ACT). Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, essa retenção encontra-se incluída na rubrica de “Depósitos recebidos de resseguradores” e ascende a 2.738.550 Euros e 4.565.528 Euros, respectivamente. Nos exercícios de 2012 e 2011, o custo dos juros relativos a esse depósito foi de 72.927 Euros e 152.458 Euros, respectivamente (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as retenções dos restantes tratados de resseguro, nos montantes de 4.082.675 Euros e 3.388.908 Euros, respectivamente, não vencem juros e estão também registadas na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores”.

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica “Repo” respeita a uma operação de venda com simultânea compra a prazo de um conjunto de títulos de dívida, realizada com o Banco Santander Totta. Esta operação teve início em 7 de Julho de 2011 e vencimento em 9 de Janeiro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor nominal dos títulos subjacentes a esta operação é de 365.249.882 Euros e os juros decorridos de 3.311.478 Euros, dos quais 296.658.462 Euros e 2.689.605 Euros, respectivamente, afectos a carteiras em que o risco de investimento é do tomador do seguro. A taxa repo corresponde à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,03% (taxa de 1,844% anual). Os activos financeiros cedidos em operações de reporte permanecem na respectiva carteira de investimentos, sendo adicionalmente relevados em contas extrapatrimoniais (Nota 2.2. e)).

#### Prestações acessórias

A Companhia tem um conjunto de produtos “*unit-linked*” sob gestão que se desvalorizaram durante o exercício de 2008 em resultado da situação dos mercados, tendo havido alguns particularmente afectados.

Conforme referido na alínea d) da Nota 2.2., a Companhia recebeu do accionista único 85.000.000 Euros em prestações acessórias (que podem ir até ao montante máximo de 100.000.000 Euros), as quais não são remuneradas. A Companhia utilizou um montante de 81.580.950 Euros na aquisição de três obrigações que pagam cupões variáveis. Adicionalmente, para cada obrigação, contratou um swap de taxa de juro em que a Companhia paga variável e recebe fixo. Os 3.419.000 Euros (Nota 5) remanescentes encontram-se aplicados em depósitos a prazo à data de 31 de Dezembro de 2012. O rendimento destes investimentos está a ser atribuído às carteiras dos produtos “*unit-linked*” particularmente afectados em 2008 pela desvalorização dos mercados, de forma a compensar os subscritores desses produtos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As obrigações adquiridas e os swaps de taxa de juro contratados apresentam a seguinte composição:

	Obrigações			Total
	CXGD Float 09/49	CXGD Float 06/49	BPI Cap Fin Float 49	
Data de compra	28-10-2008	28-10-2008	07-11-2008	
Preço de Aquisição	77,51%	84,78%	85,07%	
Cupão float	Euribor 3m + 77 bps	Euribor 3m + 80 bps	Euribor 3m + 155 bps	
Periodicidade	Trimestralmente	Trimestralmente	Trimestralmente	
Maturidade	Perpétuas	Perpétuas	Perpétuas	
Call Option	30-09-2015	28-06-2014	12-08-2013	
Rating actual				
- Moody's	Caa1	Caa1	Caa1	
- S&P	CCC-	CCC-	CCC-	
- Fitch	CCC	CCC	CCC	
Emitente	Caixa Geral Fin	Caixa Geral Fin	BPI Cap Fin	
ISIN	XS0230957424	XS0195376925	XS0174443449	
Valor Nominal	18.750.000	54.000.000	25.000.000	97.750.000
Valor de aquisição	14.533.050	45.780.400	21.267.500	81.580.950
Valor de mercado em 31-12-2012 (Nota 5)	7.500.000	20.520.000	10.375.000	38.395.000
Mais/(menos) valia potencial acumulada em 31-12-2012	(7.033.050)	(25.260.400)	(10.892.500)	(43.185.950)
Valor de mercado em 31-12-2011 (Nota 5)	8.812.500	25.380.000	10.000.000	44.192.500
Mais/(menos) valia potencial acumulada em 31-12-2011	(5.720.550)	(20.400.400)	(11.267.500)	(37.388.450)

	Swaps			Total
	Swap CGD 2015	Swap CGD 2014	Swap BPI 2013	
Nocional	18.750.000	54.000.000	25.000.000	97.750.000
Data de contratação	05-11-2008	05-11-2008	06-11-2008	
Data-valor	30-12-2008	28-12-2008	12-11-2008	
Data de maturidade	30-09-2015	28-06-2014	12-08-2013	
Juro variável a pagar	Euribor 3m	Euribor 3m	Euribor 3m	
Periodicidade	Trimestralmente	Trimestralmente	Trimestralmente	
Juro fixo a receber	3,9425%	3,8225%	3,5600%	
Periodicidade	Semestralmente	Semestralmente	Semestralmente	
Contraparte	BST (*)	BST (*)	BST (*)	
Rating da contraparte	BBB-	BBB-	BBB-	
Valor de mercado em 31-12-2012 (Nota 5)	1.792.640	2.796.355	486.444	5.075.438
Valor de mercado em 31-12-2011 (Nota 5)	1.680.597	3.273.478	881.078	5.835.153

(\*) - Banco Santander Totta.

A Companhia reembolsará o accionista único pela totalidade da parte do valor nominal correspondente das prestações acessórias, se o valor de venda dessas obrigações e “unwind” dos swaps for superior ao valor nominal da parte das prestações acessórias a amortizar. Na medida que não o seja, reembolsará o accionista único somente pelo valor nominal das prestações acessórias a amortizar deduzido das menos-valias realizadas na venda dessas obrigações e “unwind” dos respectivos swaps.

A Companhia decidiu utilizar a opção concedida na Norma IAS 39 (Nota 2.2.a i)), tendo classificado de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial as obrigações, swaps, depósitos e prestações acessórias ao justo valor através de ganhos e perdas. As variações no justo valor destes instrumentos encontram-se reflectidas na rubrica “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas – De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” (Nota 26).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nas prestações acessórias pode ser resumido como segue:

Prestações acessórias obtidas	85.000.000
Menos-valias nas obrigações	( 16.173.450 )
Mais-valias nos swaps	2.400.370
	-----
Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2008	71.226.920
	-----
Menos-valias nas obrigações	( 620.000 )
Mais-valias nos swaps	2.279.520
	-----
Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2009	72.886.440
	-----
Menos-valias nas obrigações	( 14.131.250 )
Mais-valias nos swaps	1.004.869
	-----
Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2010	59.760.059
	-----
Menos-valias nas obrigações	( 6.463.750 )
Mais-valias nos swaps	150.394
	-----
Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2011	53.446.703
	-----
Menos-valias nas obrigações	( 5.797.500 )
Menos-valias nos swaps	( 759.715 )
	-----
Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 30)	46.889.488
	=====

Assim, a responsabilidade para com o accionista único em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi diminuída da menos-valia potencial líquida acumulada nas obrigações e *swaps*, nos montantes de 38.110.512 Euros e 31.553.297 Euros, respectivamente.

13. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Comissões a pagar	13.535.417	22.399.727
Tomadores de seguro	346.751	336.840
Outras dívidas para com segurados	1.814	2.194
Contas a pagar por operações de resseguro		
Abbey Life Assurance Company Limited (Nota 10)	5.469.722	-
Munich	1.047.915	-
Genworth	983.184	2.795.928
Swiss Re (Suíça)	2.444.462	-
General Cologne	11.002.206	109.530
Partner Re	6.488.903	-
Ace European Group Limited	173.537	183.015
New Reinsurance	-	1.030.617
CNP Assurances	-	76.788
AXA Entreprises	212.820	130.561
RGA International	55.313	130.557
Contas a pagar por outras operações		
Resgates pendentes de liquidação	9.631.804	3.738.248
Outros credores	261.761	237.388
Outros fornecedores	367.413	179.340
	-----	-----
	<u>52.023.022</u>	<u>31.350.733</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Comissões a pagar” refere-se a comissões a pagar pela Companhia a instituições financeiras do Grupo Santander pela angariação de apólices. As comissões são pagas trimestralmente. Em 31 de Dezembro de 2012 encontravam-se por pagar as comissões do 4º trimestre de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2011, as quais foram regularizadas em 2013 e 2012, respectivamente.

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de activos e passivos por impostos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são os seguintes:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<u>Activos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	3.210.819
	---	-----
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	( 86.850.834 )	-
Outros impostos a pagar	( 1.797.930 )	( 1.803.734 )
	-----	-----
	( 88.648.764 )	( 1.803.734 )
	-----	-----
	(88.648.764 )	1.407.085
	=====	=====
Activos por impostos diferidos	9.673.354	12.575.293
	=====	=====



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos de activos e passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Colecta	( 68.034.093 )	-
Derrama municipal e estadual	( 18.810.874 )	-
Tributações autónomas	( 5.867 )	-
Pagamentos por conta	-	3.543.234
Retenções na fonte	-	82.560
Imposto sobre o rendimento a recuperar / (a pagar)	( 86.850.834 )	3.625.794
Provisão para contingências fiscais	-	( 414.975 )
	( 86.850.834 )	3.210.819
	=====	=====
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efectuadas a terceiros	( 984.635 )	( 1.023.207 )
Outros impostos e taxas	( 767.212 )	( 735.857 )
Contribuições para a segurança social	( 46.083 )	( 44.670 )
	( 1.797.930 )	( 1.803.734 )
	=====	=====

No exercício de 2012 não foi devido qualquer pagamento por conta, em virtude de não ter existido imposto liquidado relativo ao exercício de 2011.

Em 2012, o saldo da rubrica "Provisão para contingências fiscais" foi registado na rubrica "Outras provisões" (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012			Saldo em 31-12-2012
	Saldo em 31-12-2011	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
<b>Impostos diferidos - Ajustamentos de transição</b>				
Valor de Mercado - ADV - Obrigações vida com participação	60.600	-	(60.600)	-
Passagem dos swaps a valor de mercado	(16.648)	-	16.648	-
Diferença taxa efectiva - Valor de aquisição ajustado	16.516	-	(16.516)	-
Mais-valias não tributáveis afectas à provisão para participação nos resultados a atribuir	86.428	-	(86.428)	-
Benefícios de Empregados (Fundo de Pensões)	(521)	-	521	-
	<u>146.375</u>	<u>-</u>	<u>(146.375)</u>	<u>-</u>
<b>Impostos diferidos</b>				
De activos financeiros disponíveis para venda:				
Fundos de Investimento Mobiliário - Livres	1.735.354	(611.622)	-	1.123.732
Fundos de Investimento Mobiliário - Vida sem participação	2.542.629	(911.668)	-	1.630.961
Acções BPI - Livres	1.144.920	-	(1.144.920)	-
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	926.826	(1.298.269)	-	(371.443)
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	725.000	-	290.000	1.015.000
Incentivos de longo prazo	23.160	-	14.944	38.104
Prejuízos fiscais reportáveis	5.331.029	-	(5.331.029)	-
Custos a pagar a resseguradores	-	-	6.237.000	6.237.000
	<u>12.428.918</u>	<u>(2.821.559)</u>	<u>65.995</u>	<u>9.673.354</u>
<b>Impostos correntes - ADV - Vida com participação</b>				
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	(9.694.991)	9.694.991	-
	<u>12.575.293</u>	<u>(12.516.550)</u>	<u>9.614.611</u>	<u>9.673.354</u>
<b>2011</b>				
	2011			Saldo em 31-12-2011
	Saldo em 31-12-2010	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
<b>Impostos diferidos - Ajustamentos de transição</b>				
Valor de Mercado - ADV - Obrigações vida com participação	120.012	-	(59.412)	60.600
Passagem dos swaps a valor de mercado	(32.970)	-	16.322	(16.648)
Diferença taxa efectiva - Valor de aquisição ajustado	32.705	-	(16.189)	16.516
Mais-valias não tributáveis afectas à provisão para participação nos resultados a atribuir	171.163	-	(84.735)	86.428
Benefícios de Empregados (Fundo de Pensões)	(1.031)	-	510	(521)
	<u>289.879</u>	<u>-</u>	<u>(143.504)</u>	<u>146.375</u>
<b>Impostos diferidos</b>				
De activos financeiros disponíveis para venda:				
Fundos de Investimento Mobiliário - Livres	1.486.126	249.228	-	1.735.354
Fundos de Investimento Mobiliário - Vida sem participação	2.171.131	371.498	-	2.542.629
Acções BPI - Livres	1.046.305	(356.315)	454.930	1.144.920
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	129.592	797.234	-	926.826
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	-	-	725.000	725.000
Incentivos de longo prazo	16.304	-	6.856	23.160
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	5.331.029	5.331.029
	<u>4.849.458</u>	<u>1.061.645</u>	<u>6.517.815</u>	<u>12.428.918</u>
<b>Impostos correntes - ADV - Vida com participação</b>				
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	8.095.345	(8.095.345)	-
	<u>5.139.337</u>	<u>9.156.990</u>	<u>(1.721.034)</u>	<u>12.575.293</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Impostos correntes	86.850.834	-
Impostos diferidos	( 9.614.611 )	1.721.034
Total de impostos em ganhos e perdas	----- 77.236.223 =====	----- 1.721.034 =====
Resultado antes de impostos	237.318.364	6.166.928
Taxa efectiva de imposto	32,55%	27,91%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>237.318.364</u>		<u>6.166.928</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal <sup>(1)</sup>	31,40%	74.510.285	25,00%	1.541.732
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes - variações patrimoniais líquidas de activos financeiros disponíveis para venda a representar carteiras de vida com participação nos resultados	0,93%	2.204.679	0,00%	-
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes - outras variações patrimoniais líquidas	0,01%	33.864	0,00%	-
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes - Venda de acções do BPI	0,16%	387.221	0,00%	-
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes na dotação do período de "Outras provisões"	0,01%	23.997	-1,62%	(100.000)
Diferença de taxas nominais nos impostos diferidos e correntes na utilização do prejuízo fiscal de 2011	0,03%	73.300	0,00%	-
Tributações autónomas	0,00%	5.868	0,00%	-
Menos-valias e imparidades não aceites	0,00%	-	4,97%	306.755
Outras diferenças permanentes	0,00%	(2.991)	-0,45%	(27.453)
Carga de imposto sobre o rendimento do período	32,55%	<u>77.236.223</u>	27,91%	<u>1.721.034</u>

(1) Imposto apurado pela aplicação da taxa nominal de IRC de 25%, à qual acresce a taxa nominal de 1,5% sobre o lucro tributável a título de derrama municipal. Adicionalmente, sobre o lucro tributável sujeito e não isento, acrescem as taxas nominais de 3% e 5%, sobre o lucro tributável na parte que excede 1.500.000 Euros até 10.000.000 Euros e sobre a parte que excede 10.000.000 Euros, respectivamente, a título de derrama estadual.

Em 2012 e 2011, a taxa nominal de imposto da Companhia, incluindo as taxas das derramas municipal e estadual, foi de 31,4% e 25% (Nota 2.10.).

No exercício de 2011, a Companhia apurou um prejuízo fiscal no montante de 21.324.114 Euros, tendo registado os correspondentes activos por impostos diferidos no montante de 5.331.029 Euros, os quais foram integralmente utilizados no exercício de 2012.

Em resultado da inspecção tributária ao exercício de 2006, a Companhia recebeu uma liquidação adicional de IRC no montante de 430.891 Euros, essencialmente decorrente do facto das Autoridades Fiscais terem entendido que as retenções na fonte efectuadas por terceiros relativas aos rendimentos pagos aos produtos “unit-linked” não são dedutíveis na esfera da Companhia. Em resultado dessa liquidação, a Companhia procedeu ao pagamento de 105.367 Euros em 2009. Por não concordar com o entendimento da não dedutibilidade na esfera da Companhia das retenções na fonte efectuadas por terceiros relativas aos rendimentos dos activos afectos a produtos “unit-linked”, decidiu proceder à impugnação judicial desta liquidação e à prestação da correspondente garantia pelo montante remanescente (325.524 Euros).

No exercício de 2009, a Companhia foi objecto de inspecção fiscal ao exercício de 2007. No seguimento do procedimento já adoptado no âmbito da inspecção fiscal anterior, as Autoridades Fiscais corrigiram a matéria colectável apurada pela Companhia, no montante de 318.657 Euros, respeitante à anulação da dedução efectuada relativa às supra referidas retenções na fonte respeitantes ao exercício de 2006, mas reconhecidas contabilisticamente como proveitos apenas no exercício de 2007. Da correcção em causa resultou a emissão, em 2009, de uma liquidação adicional de IRC no montante de 89.451 Euros, contra a qual, e por não concordar uma vez mais com o entendimento preconizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia preparou a respectiva contestação, apresentada no exercício de 2010 e, não tendo pago o montante adicional liquidado pelas Autoridades Fiscais, prestou a respectiva garantia bancária, aguardando-se a resolução do processo, à semelhança do relativo ao exercício de 2006.

Estes montantes encontram-se integralmente provisionados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, com a redacção aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2002, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efectuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 30), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efectuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correcções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios susceptíveis de serem objecto de inspecção seja significativa para as demonstrações financeiras.

15. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ACTIVO

Nos exercícios de 2012 e 2011, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do activo” foi o seguinte:

	2011 e 2012						
	Saldos em 31-12-2010	Reforços	Reposições e anulações	Saldos em 31-12-2011	Reforços	Outros	Saldos em 31-12-2012
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 8)	30.509	-	-	30.509	-	-	30.509
Outras provisões	10.785	2.511.795	(797)	2.521.783	1.414.177	798	3.936.758
	<u>41.294</u>	<u>2.511.795</u>	<u>(797)</u>	<u>2.552.292</u>	<u>1.414.177</u>	<u>798</u>	<u>3.967.267</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outras provisões” destina-se a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da actividade da Companhia.

16. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de Março de 2009 foi aprovado em Assembleia Geral da Companhia o aumento do seu capital social de 22.500.000 acções para 47.250.000 acções, mediante a emissão de 24.750.000 novas acções com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas pelo accionista único Santander Totta - SGPS, S.A..

A política de gestão de capital da Companhia é efectuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais do Instituto de Seguros de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Margem de Solvência, medida em função da cobertura por elementos patrimoniais elegíveis, das responsabilidades decorrentes da actividade desenvolvida pela Companhia, apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Elementos constitutivos	144.513.233	94.614.949
Elementos a constituir – ramo vida	( 71.414.852 )	( 73.979.145 )
Elementos a constituir – ramo não vida	( 2.500.000 )	( 2.300.000 )
Excesso de Margem de Solvência	<u>70.598.381</u>	<u>18.335.804</u>
Taxa de cobertura	195,51%	124,04%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

17. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Dividendos antecipados	(74.000.000)	-
	=====	==
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
- Fundos de Investimento Mobiliário	( 9.322.186 )	( 14.574.902 )
- Acções	-	-
- Obrigações	12.340.100	( 39.866.837 )
Provisão para participação nos resultados a atribuir – valias em obrigações	( 10.583.982 )	( 751.245 )
	-----	-----
	( 7.566.068 )	( 55.192.984 )
	=====	=====
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	2.245.419	14.761.969
	=====	=====
Reserva legal	14.771.064	14.326.474
	=====	=====
Outras reservas	48.406	39.472
	=====	=====
Resultados transitados	59.342.312	57.561.757
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as reservas de reavaliação de fundos de investimento mobiliário e de acções foram determinadas da seguinte forma:

	<u>31 de Dezembro de 2012</u>			
	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Reserva de justo valor</u>	<u>Perdas por imparidade</u>
FIM Multiobrigações	97.600.549	106.922.735	( 9.322.186 )	-
	<u>31 de Dezembro de 2011</u>			
	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Reserva de justo valor</u>	<u>Perdas por imparidade</u>
FIM Multiobrigações	92.347.833	106.922.735	( 14.574.902 )	-
Acções BPI	893.255	4.138.921	-	( 3.245.666 )

As “Reservas de reavaliação” reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda (Notas 2.2.a) iii) e 5). Durante o exercício de 2011, a Companhia registou perdas por imparidade no montante de 3.498.812 Euros (Notas 2.2. f) e 5) para as acções do BPI, das quais 253.146 Euros relativas a acções subsequentemente alienadas.

Nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o apuramento dos resultados básicos por acção pode ser apresentado como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado líquido do período	160.082.141	4.445.895
Número médio de acções em circulação no período (Nota 16)	47.250.000	47.250.000
	-----	-----
Resultados básicos por acção	3,39	0,09
	-----	-----

Não é aplicável o conceito de resultados por acção diluídos uma vez que não existem acções ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

Em 2012 e 2011, foi deliberada a distribuição ao accionista de dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010, nos montantes de 2.220.750 Euros e 14.175.000 Euros, respectivamente, o que correspondeu a um dividendo por acção de 0,05 Euros e 0,3 Euros, respectivamente.

Durante o exercício de 2012 a Companhia deliberou proceder à distribuição de dividendos antecipados no montante de 74.000.000 Euros.

18. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2012 e 2011, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>			<u>2011</u>		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Ramo vida						
Prémios brutos emitidos						
- Produtos de risco	110.470.926	(143.851.516)	(33.380.590)	110.918.637	(22.564.411)	88.354.226
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	30.776.328	(1.667)	30.774.661	53.522.117	(2.060)	53.520.057
	<u>141.247.254</u>	<u>(143.853.183)</u>	<u>(2.605.929)</u>	<u>164.440.754</u>	<u>(22.566.471)</u>	<u>141.874.283</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
- Produtos de risco	8.064.849	23.103.426	31.168.275	5.189.272	(4.537.842)	651.430
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	-	-	-	-	-	-
	<u>8.064.849</u>	<u>23.103.426</u>	<u>31.168.275</u>	<u>5.189.272</u>	<u>(4.537.842)</u>	<u>651.430</u>
	<u>149.312.103</u>	<u>(120.749.757)</u>	<u>28.562.346</u>	<u>169.630.026</u>	<u>(27.104.313)</u>	<u>142.525.713</u>
Ramo não vida						
Prémios brutos emitidos	1.532.798	(509.655)	1.023.143	1.715.442	(554.931)	1.160.511
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	8.955	(2.978)	5.977	1.395	981	2.376
	<u>1.541.753</u>	<u>(512.633)</u>	<u>1.029.120</u>	<u>1.716.837</u>	<u>(553.950)</u>	<u>1.162.887</u>
	<u>150.853.856</u>	<u>(121.262.390)</u>	<u>29.591.466</u>	<u>171.346.863</u>	<u>(27.658.263)</u>	<u>143.688.600</u>

No exercício de 2012, a rubrica “Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido”, inclui os montantes de 37.850.000 Euros e 64.678.775 Euros, referentes ao prémio inicial e aos prémios subsequentes, registados no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Nota 10).

Em 2012, esta rubrica inclui ainda custos de 19.800.000 Euros correspondentes à estimativa dos encargos a incorrer com o cancelamento de tratados de resseguro existentes anteriormente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2012 e 2011, os prémios brutos emitidos de contratos de seguro directo do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	116.264.929	138.951.979
Relativos a contratos de grupo	<u>24.982.325</u>	<u>25.488.775</u>
	<u>141.247.254</u>	<u>164.440.754</u>
Periódicos	95.976.884	97.211.909
Não periódicos	<u>45.270.370</u>	<u>67.228.845</u>
	<u>141.247.254</u>	<u>164.440.754</u>
De contratos sem participação nos resultados	109.166.084	109.651.951
De contratos com participação nos resultados	<u>32.081.170</u>	<u>54.788.803</u>
	<u>141.247.254</u>	<u>164.440.754</u>

#### 19. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2012 e de 2011, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	7.842	9.613
PPR/E Super 50 Garantido	10.625	6.991
PPR Poupança Garantida 5+	11.759	-
	-----	-----
	30.226	16.604
“Unit-linked”		
Poupança Rendimento Vida	31.811.677	23.744.033
Super Rendimento Seguro	7.430.004	15.772.169
Seguro Investimento	8.373.778	9.207.220
Seguro Poupança Segura PPR	532.068	504.183
Fundos Santander	17.296	265.255
	-----	-----
	48.164.823	49.492.860
	-----	-----
	48.195.049	49.509.464
	=====	=====

As comissões relativas a produtos “unit-linked” recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos activos sob gestão; (ii) Comissões *upfront*, cobradas na data de subscrição relativamente a alguns produtos; e (iii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, apresentando a seguinte composição:

Comissões “Unit-linked”		
Comissões de gestão	38.899.240	39.965.856
Comissões <i>upfront</i>	5.943.954	7.565.468
Comissões de resgate	3.321.629	1.961.536
	-----	-----
	48.164.823	49.492.860
	=====	=====



20. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	44.566.293	56.118.594
Outros custos de aquisição	388.467	432.549
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	34.580.381	36.063.376
Custos imputados (Nota 21)	1.928.824	1.930.171
De seguros não vida		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	306.560	343.088
Outros custos de aquisição	32.187	171.589
	-----	-----
	81.802.712	95.059.367
Variação dos custos de aquisição diferidos (Nota 10)	803.840	374.075
Gastos administrativos (Nota 21)	2.833.042	2.864.519
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	( 268.481.241 )	( 8.123.392 )
Participação nos resultados do ramo vida	( 4.655.506 )	( 4.886.898 )
Comissões de acidentes pessoais	( 136.815 )	( 151.633 )
	-----	-----
	( 273.273.562 )	(13.161.923 )
	-----	-----
	( 187.833.968 )	85.136.038
	=====	=====

A rubrica “Comissões do ramo vida” apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Abbey Life	( 261.273.333 )	-
General Cologne Re	( 2.480.547 )	( 2.721.952 )
Partner Re.	( 1.653.066 )	( 1.816.297 )
GE Financial 20	( 1.626.347 )	( 2.101.364 )
RGA Internation	( 832.657 )	( 1.055.731 )
AXA Entreprises	( 832.653 )	(1.055.732 )
Munich Re.	( 240.151 )	( 18.848 )
New Reinsurance	( 166.166 )	( 308.073 )
Cardif	17.338	41.194
CNP Assurances	103.406	92.503
GE Financial	502.935	820.908
	-----	-----
	( 268.481.241 )	( 8.123.392 )
	=====	=====

Conforme referido na Nota 10, nos termos do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited (“Abbey Life”), a Companhia recebeu, enquanto cedente, uma comissão no montante de 239.600.000 Euros, a qual foi reconhecida na rubrica “Comissões do ramo vida”. Nesta rubrica foram ainda registadas as comissões subsequentes recebidas no âmbito deste tratado, no montante de 22.797.553 Euros e custos no montante total de 1.124.220 Euros relativos a honorários por serviços profissionais incorridos no processo de elaboração do tratado de resseguro (Notas 9 e 10).

21. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2012 e 2011, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Gastos com o pessoal (Nota 22)	2.699.429	2.598.912
	-----	-----
Fornecimentos e serviços externos:		
. Gastos com informática	810.413	866.470
. Consultoria e assessoria	776.947	652.590
. Comunicações	344.601	351.884
. Rendas e alugueres (Nota 30)	249.537	240.947
. Quotizações	115.183	102.660
. Trabalhos especializados	45.731	85.919
. Deslocações e estadas	46.325	48.659
. Impressos	38.735	38.762
. Material de escritório	24.028	24.265
. Outros	154.553	147.756
	-----	-----
	2.606.053	2.559.912
	-----	-----
Encargos com comissões por serviços bancários (Nota 30)	2.527.554	2.487.190
Impostos e taxas	337.936	546.769
Amortizações do exercício (Notas 6 e 7)	194.529	124.209
Juros suportados de depósitos de resseguradores (Nota 12)	72.927	152.458
	-----	-----
	8.438.428	8.469.449
	=====	=====
<u>Matriz de imputação de custos</u>		
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custos administrativos (Nota 20)	2.833.042	2.864.519
Custos com investimentos (Nota 25)	2.659.156	2.641.779
Custos de aquisição (Nota 20)	1.928.824	1.930.171
Custos com sinistros	1.017.406	1.032.980
	-----	-----
	8.438.428	8.469.449
	=====	=====

Nos exercícios de 2012 e 2011, parte do saldo da rubrica “Gastos com informática” diz respeito à prestação de serviços informáticos, facturados por uma entidade do Grupo Santander, nos montantes de 357.082 Euros e 476.665 Euros, respectivamente (Nota 30).

A rubrica “Impostos e taxas” diz respeito essencialmente à taxa para o Instituto de Seguros de Portugal.

22. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2012 e 2011, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remunerações		
Dos órgãos sociais	580.764	537.955
Do pessoal	1.656.729	1.570.689
	-----	-----
	2.237.493	2.108.644
	-----	-----
Encargos sobre remunerações	385.726	373.705
	-----	-----
Benefícios pós-emprego (Nota 23)	6.470	10.930
Outros benefícios a longo prazo	15.598	-
Outros gastos com pessoal	54.142	105.633
	-----	-----
	2.699.429	2.598.912
	=====	=====

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2012 e 2011 e a pagar em 2013 e 2012, nos montantes de 262.058 Euros e 459.117 Euros, respectivamente (Nota 9). O saldo desta rubrica inclui, ainda, o custo associado aos pagamentos baseados em acções (Nota 2.12.).

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado o novo Contrato Colectivo de Trabalho para o sector segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de Janeiro de 2012, o qual atribuiu uma compensação pecuniária extraordinária, no valor de 55% do ordenado base mensal auferido a 31 de Dezembro de 2011, aos empregados que reunissem as seguintes condições: (i) Estejam vinculados ao empregador por contratos de trabalho sem termo; e (ii) Tenham sido admitidos na Companhia antes de 1 de Janeiro de 2010 e tenham prestado pelo menos 22 meses de trabalho efectivo na Companhia desde essa data. Estas compensações, cujo total ascendeu a 36.615 Euros foram liquidadas na totalidade durante o exercício de 2012.

Adicionalmente, nos termos do novo Contrato Colectivo de Trabalho acima referido, o trabalhador que completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer. Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica “Outros benefícios a longo prazo” corresponde na totalidade ao acréscimo de custos para o prémio de permanência.

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2012 e 2011, por categoria profissional, foi o seguinte:

Administrador	2	2
Director Coordenador	1	1
Director de Serviços	4	4
Chefe de Secção	3	3
Chefe de Serviços	2	2
Sub-chefe de Secção	1	1
Técnico de Grau I	7	7
Técnico de Grau II	2	2
Coordenador de Serviços Comerciais	1	1
Gerente de Delegação	1	1
Assistente Comercial	1	1
Secretária	1	1
Escriturário	27	28
Técnico de Formação	-	1
Actuário	1	1
	----	----
	54	56
	===	==

#### Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2012, em milhares de Euros, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

##### **Conselho de Administração**

Nome	Remuneração	
	Fixa	Variável
Paula Figueiredo	184	18
Eduardo Alves da Silva	206	140
	390	158

##### **Conselho Fiscal**

Nome	Remuneração	
	Fixa	Variável
José Duarte Assunção Dias	14	-
António Baia Engana	9	-
Emídio de Jesus Maria <sup>(1)</sup>	6	-
Maria Manuela Lourenço <sup>(2)</sup>	3	-
	32	-

<sup>(1)</sup> Exonerado em 31 de Agosto de 2012

<sup>(2)</sup> Nomeada em 3 de Setembro de 2012

O Grupo Santander, no qual está inserida a Santander Totta Seguros, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial que está dividido em ciclos. Em 9 de Julho de 2012, foi finalizado o quarto ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 3.225, ao valor por acção de 4,883 Euros (valor de cotação à data).

O valor individual atribuído a cada membro do Conselho de Administração, que corresponde às acções atribuídas do ciclo 112, foi o seguinte:

Nome	Plano de acções I12 montante exercido
Paula Figueiredo	6
Eduardo Alves da Silva	10
	<u>16</u>

Os honorários facturados e a facturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, ascendem a 166.000 Euros, dos quais 50.600 Euros relativos à revisão legal das contas e 115.400 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

### 23. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do novo contrato colectivo de trabalho para a actividade seguradora, assinado em 23 de Dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no activo, com referência a 1 de Janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor actual das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante.

O novo plano de contribuição definida abrange todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, através de um plano individual de reforma ("PIR"), em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho.

Deste modo, os valores integralmente financiados das responsabilidades pelos serviços passados, calculados a 31 de Dezembro de 2011, relativos às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.<sup>a</sup>, n.º 4, do anterior CCT, foram convertidos em contas individuais desses trabalhadores, tendo sido integrados como contribuições iniciais nos respectivos planos individuais de reforma.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efectua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto na cláusula 49.<sup>a</sup>, n.º 1, do CCT, a primeira contribuição anual da Companhia para o PIR verificar-se-á:

- i) No ano de 2015, para os trabalhadores no activo, admitidos na actividade seguradora antes de 22 de Junho de 1995;
- ii) No ano de 2012, para os trabalhadores no activo, admitidos na actividade seguradora no período compreendido entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009;
- iii) No ano seguinte aquele em que completem dois anos de prestação de serviço efectivo na Companhia, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de Janeiro de 2010.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializará o plano individual de reforma, que deverá prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição de regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

O movimento nas responsabilidades por serviços passados em 2011, pode ser demonstrado da seguinte forma:

<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010</b>	199.942
	-----
Custo normal do exercício (Nota 22)	10.930
Ganhos actuariais (Nota 29)	( 39.408 )
	-----
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011</b>	171.464
	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades por serviços passados ascendiam a 171.464 Euros, tendo sido este o montante total transferido para as contas individuais dos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, e que corresponde às contribuições iniciais para o PIR em 1 de Janeiro de 2012.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efectuou contribuições para os planos individuais de reforma no montante total de 6.470 Euros (Nota 22), tendo sido utilizado parte do excesso existente na conta de reserva. A taxa de rendibilidade do fundo em 2012 ascendeu a 6,13%.

O excesso de cobertura das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011, no montante de 27.895 Euros, que se encontra registado na rubrica de balanço “Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”, foi transferido para a conta de reserva da Companhia, destinando-se a fazer face às futuras contribuições anuais para o PIR.

As responsabilidades por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2011, foram determinadas com base num estudo actuarial realizado pela Towers Watson, tendo sido utilizados os seguintes pressupostos actuariais e financeiros:

	<u>31-12-2011</u>
Método actuarial	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EKV80
Taxa de retorno dos activos do plano	5,07%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,85%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%
Idade normal de reforma	65

Tal como em outros planos de contribuição definida, a Companhia apenas efectua contribuições fixas, não tendo nenhuma obrigação legal ou presumível de efectuar contribuições adicionais. Assim, o valor dos benefícios pós-emprego recebidos pelo empregado é determinado pelo valor das contribuições pagas pela Companhia (e caso aplicável também das contribuições voluntárias efectuadas pelo empregado), juntamente com os retornos de investimento decorrentes das contribuições, recaindo o risco actuarial e o risco de investimento directamente sobre o empregado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

24. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2012				2011			
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total
<b>Ramo vida:</b>								
Activos financeiros detidos para negociação	266.894	-	-	266.894	331.152	-	-	331.152
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	208.324.354	976	42.913	208.368.243	205.774.425	4.479	98.077	205.876.981
Activos financeiros disponíveis para venda	17.089.972	-	-	17.089.972	17.281.346	-	-	17.281.346
Empréstimos concedidos e contas a receber	373.242	-	-	373.242	472.522	-	-	472.522
Depósitos à ordem em instituições de crédito	364.342	-	-	364.342	200.453	-	-	200.453
	<u>226.418.804</u>	<u>976</u>	<u>42.913</u>	<u>226.462.693</u>	<u>224.059.898</u>	<u>4.479</u>	<u>98.077</u>	<u>224.162.454</u>
<b>Ramos não vida:</b>								
Activos financeiros disponíveis para venda	4.800	-	-	4.800	5.140	-	-	5.140
Depósitos à ordem em instituições de crédito	485	-	-	485	184	-	-	184
	<u>5.285</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.285</u>	<u>5.324</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.324</u>
<b>Não afectos:</b>								
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	694.924	-	-	694.924	301.516	-	-	301.516
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.808.377	-	-	2.808.377	751.821	-	-	751.821
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1.382.157	-	-	1.382.157	231.471	-	-	231.471
	<u>4.885.458</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.885.458</u>	<u>1.284.808</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.284.808</u>
	<u>231.309.547</u>	<u>976</u>	<u>42.913</u>	<u>231.353.436</u>	<u>225.350.030</u>	<u>4.479</u>	<u>98.077</u>	<u>225.452.586</u>

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 30.

25. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2012 e 2011, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2012			2011		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
<b>Gastos de investimentos:</b>						
Custos imputados (Nota 21)	2.580.381	78.775	2.659.156	2.559.774	82.005	2.641.779
<b>Juros de interest rate swaps:</b>						
Vida com participação	50.462	-	50.462	116.723	-	116.723
Vida sem participação	-	-	-	3.879	-	3.879
Produtos unit-linked	20.124.076	-	20.124.076	24.818.356	-	24.818.356
<b>Juros de operações de reporte:</b>						
Vida com participação	568.623	-	568.623	489.998	-	489.998
Vida sem participação	105.745	-	105.745	152.793	-	152.793
Produtos unit-linked	2.931.123	-	2.931.123	2.824.052	-	2.824.052
<b>De outros passivos financeiros:</b>						
Juros de passivos subordinados	-	411.275	411.275	-	442.949	442.949
Comissões	-	3.105.857	3.105.857	-	-	-
Juros de mora	-	529	529	-	-	-
	<u>26.360.410</u>	<u>3.596.436</u>	<u>29.956.846</u>	<u>30.965.575</u>	<u>524.954</u>	<u>31.490.529</u>

No exercício de 2012, a rubrica “De outros passivos financeiros - Comissões” corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 10).

## 26. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2012 e 2011, os ganhos (perdas) líquidos de activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 26.1)	191.505	( 757.804 )
Valias líquidas potenciais (Nota 26.2)	-	-
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 26.3)	( 2.290.907 )	( 1.469.142 )
	-----	-----
	( 2.099.402 )	( 2.226.946 )
	=====	=====
<b>Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 26.1)	38.159.330	17.795.006
Valias líquidas potenciais (Nota 26.2)	483.895.963	( 220.363.927 )
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 26.3)	( 706.411.903 )	( 8.133.720 )
	-----	-----
	( 184.356.610 )	( 210.702.641 )
	=====	=====

### 26.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2012 e 2011, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>			<u>2011</u>		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
<b>Ramo vida:</b>						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	78.609.145	(40.458.226)	38.150.919	49.834.049	(30.743.203)	19.090.846
Activos financeiros disponíveis para venda	1.090.908	(990.165)	100.743	512.721	(1.216.910)	(704.189)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	79.700.053	(41.448.391)	38.251.662	50.346.770	(31.960.113)	18.386.657
<b>Não técnica:</b>						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	8.411	-	8.411	-	(1.295.840)	(1.295.840)
Activos financeiros disponíveis para venda	90.763	-	90.763	30.385	(84.000)	(53.615)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	99.174	-	99.174	30.385	(1.379.840)	(1.349.455)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	79.799.227	(41.448.391)	38.350.836	50.377.155	(33.339.953)	17.037.202

Em 2011, o saldo da rubrica “Ramo vida – Activos financeiros disponíveis para venda – Perdas realizadas” inclui uma perda de 901.395 Euros, resultante de uma operação de troca de dívida subordinada por dívida sénior de um Banco Português.

### 26.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2012 e 2011, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>			<u>2011</u>		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
<b>Ramo vida:</b>						
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	10	(155.899)	(155.899)	73.786	(228.965)	(155.179)
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	497.934.437	(16.028.035)	481.906.402	100.805.484	(318.300.734)	(217.495.250)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	497.934.447	(16.183.934)	481.750.513	100.879.270	(318.529.699)	(217.650.429)
<b>Não técnica:</b>						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.241.055	(95.605)	2.145.450	109.161	(2.822.659)	(2.713.498)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.241.055	(95.605)	2.145.450	109.161	(2.822.659)	(2.713.498)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	500.175.502	(16.279.539)	483.895.963	100.988.431	(321.352.358)	(220.363.927)



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

26.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2012 e 2011, as variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento apresentam a seguinte composição (Nota 11):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	( 707.968.790 )	( 191.192.001 )
Variações negativas dos passivos financeiros	1.556.887	183.058.282
	-----	-----
	( 706.411.903 )	( 8.133.719 )
Comissões de contratos de investimento "unit-linked" (Nota 19)	48.164.823	49.492.860
Outros	805.184	711.242
	-----	-----
	( 657.441.896 )	42.070.381
	-----	-----
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
- Juros creditados aos passivos financeiros	( 2.290.907 )	( 1.469.142 )
- Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados (Nota 19)	30.226	16.604
	-----	-----
	( 2.260.681 )	( 1.452.538 )
	-----	-----
	( 659.702.577 )	40.617.843
	=====	=====

27. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2012 e 2011, esta rubrica inclui exclusivamente os resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos afectos a produtos *unit-linked*.

28. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 30)	( 367.903 )	( 275.788 )
Outros gastos relativos ao ramo vida	( 15.463 )	( 2.631 )
Bonificação por resgates e anulações	161	1.317
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	13.758	33.604
	-----	-----
	( 369.447 )	( 243.498 )
	=====	=====

29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Restituição de impostos	414.975	21.437
Ganhos e perdas líquidos em outros activos tangíveis	-	5.095
Ganhos actuariais (Nota 23)	-	39.408
Outros	( 62.749 )	( 75.322 )
	-----	-----
	<u>352.226</u>	<u>( 9.382 )</u>
	=====	=====

No exercício de 2012, o saldo da rubrica “Restituição de impostos” tem origem na reclassificação de provisões para contingências fiscais tendo correspondência em dotações de igual montante das “Outras provisões” (Nota 15).

No exercício de 2012, a rubrica “Outros” inclui custos no montante de 61.046 Euros relativos a correcções à estimativa de IRC do exercício de 2011.

30. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2012 e 2011, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

<u>Nome da entidade relacionada</u>	<u>Sede</u>
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia</b>	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia</b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
ISBAN-INGENIERIA SOFTWARE	Portugal
PRODUBAN - Servicios Informaticos Generales	Espanha
GEOBAN, S.A.	Espanha
SBGE, S.A.	Espanha
Banco Santander Consumer	Portugal
<b>Membros do Conselho de Administração da Companhia</b>	
Pedro Aires Coruche de Castro e Almeida	
Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva	
Maria Paula Toscano Figueiredo Marcelino	
Armindo Alberto Bordalo Escalda	
Joaquim Manuel de Oliveira Filipe	
Oscar Villoslada Montpart	
Joaquim Capdevila Coromina	
<b>Membros do Conselho Fiscal</b>	
José Duarte Assunção Dias	
António Baia Engana	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço <sup>(2)</sup>	
Emídio de Jesus Maria <sup>(1)</sup>	

(1) - Renúncia apresentada em Assembleia Geral da Companhia de 3 de Setembro de 2012.

(2) - Nomeado em Assembleia Geral da Companhia de 3 de Setembro de 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 22.

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são como segue:

31-12-2012									
Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	Santander Seguros y Reaseguros	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	SBGE	Banco Santander Consumer	Total
<b>Activo</b>									
Depósitos à ordem	327.681.487	-	-	-	-	-	-	-	327.681.487
Depósitos a prazo	1.510.414.192	-	-	-	-	-	-	-	1.510.414.192
Empréstimo de curto prazo	1.662.649	-	-	-	-	-	-	-	1.662.649
Activos intangíveis	-	-	-	961.585	103.630	94.305	142.705	-	1.302.225
Contas a receber	1.892.688	14.300	-	30.667	8.217	-	-	-	1.945.872
<b>Total do Activo</b>	<b>1.841.651.016</b>	<b>14.300</b>	<b>-</b>	<b>992.252</b>	<b>111.847</b>	<b>94.305</b>	<b>142.705</b>	<b>-</b>	<b>1.843.006.425</b>
<b>Passivo</b>									
Passivos Financeiros	(14.000.000)	-	(120.889.488)	-	-	-	-	-	(134.889.488)
Contas a pagar	(13.868.213)	(1.132.778)	-	-	-	-	-	(4.817)	(15.005.808)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(27.868.213)</b>	<b>(1.132.778)</b>	<b>(120.889.488)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.817)</b>	<b>(149.895.296)</b>
<b>Ganhos e perdas</b>									
Juros de depósitos à ordem	2.306.843	-	-	-	-	-	-	-	2.306.843
Juros de depósitos a prazo	34.966.322	-	-	-	-	-	-	-	34.966.322
Comissões de mediação	(79.385.266)	-	-	-	-	-	-	(67.720)	(79.452.986)
Comissões de gestão	-	(1.132.778)	-	-	-	-	-	-	(1.132.778)
Comissões de liquidação	(31.285)	-	-	-	-	-	-	-	(31.285)
Comissões de custódia	(1.357.761)	-	-	-	-	-	-	-	(1.357.761)
Comissões de penalização de resgate	(367.903)	-	-	-	-	-	-	-	(367.903)
Prestação de serviços	-	-	-	(266.552)	(176.001)	(96.487)	-	-	(539.040)
Renda	(198.000)	-	-	-	-	-	-	-	(198.000)
Participação nos resultados	(69.213)	-	-	(1.812)	-	-	-	-	(71.025)
Indemnizações de resseguradores	-	-	-	25.171	-	-	-	-	25.171
Empréstimo de curto prazo (Juro)	1.733.927	-	-	-	-	-	-	-	1.733.927
Repo	(3.605.491)	-	-	-	-	-	-	-	(3.605.491)
Reverse Repo	5.320.323	-	-	-	-	-	-	-	5.320.323
Comissões por colaterais prestados	(3.105.857)	-	-	-	-	-	-	-	(3.105.857)
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(43.793.361)</b>	<b>(1.132.778)</b>	<b>-</b>	<b>25.171</b>	<b>(268.364)</b>	<b>(176.001)</b>	<b>(96.487)</b>	<b>(67.720)</b>	<b>(45.509.540)</b>

31-12-2011									
Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	Santander Seguros y Reaseguros	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	Banco Santander Consumer	Total	
<b>Activo</b>									
Depósitos à ordem	91.801.671	-	-	-	-	-	-	91.801.671	
Depósitos a prazo	587.739.878	-	-	-	-	-	-	587.739.878	
Reverse Repo	368.649.732	-	-	-	-	-	-	368.649.732	
Contas a receber	1.825.753	5.834	-	39	5.188	2.165	-	1.838.979	
<b>Total do Activo</b>	<b>1.050.017.034</b>	<b>5.834</b>	<b>-</b>	<b>39</b>	<b>5.188</b>	<b>2.165</b>	<b>-</b>	<b>1.050.030.260</b>	
<b>Passivo</b>									
Passivos Financeiros	(14.000.000)	-	(53.446.703)	-	-	-	-	(67.446.703)	
Contas a pagar	(22.776.503)	(275.988)	-	-	-	-	(6.407)	(23.058.898)	
Repo	(368.561.457)	-	-	-	-	-	-	(368.561.457)	
<b>Total do Passivo</b>	<b>(405.337.960)</b>	<b>(275.988)</b>	<b>(53.446.703)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.407)</b>	<b>(459.067.058)</b>	
<b>Ganhos e perdas</b>									
Juros de depósitos à ordem	1.568.197	-	-	-	-	-	-	1.568.197	
Juros de depósitos a prazo	19.397.177	-	-	-	-	-	-	19.397.177	
Comissões de mediação	(92.673.028)	-	-	-	-	-	(85.886)	(92.758.914)	
Comissões de gestão	-	(1.152.594)	-	-	-	-	-	(1.152.594)	
Comissões de liquidação	(35.161)	-	-	-	-	-	-	(35.161)	
Comissões de custódia	(1.295.832)	-	-	-	-	-	-	(1.295.832)	
Comissões de penalização de resgate	(275.788)	-	-	-	-	-	-	(275.788)	
Prestação de serviços	-	-	-	(476.822)	(151.440)	(101.352)	-	(729.614)	
Renda	(192.327)	-	-	-	-	-	-	(192.327)	
Participação nos resultados	(63.106)	-	-	(2.444)	-	-	-	(65.550)	
Indemnizações de resseguradores	-	-	-	80.032	-	-	-	80.032	
Repo	(3.466.843)	-	-	-	-	-	-	(3.466.843)	
Reverse Repo	5.783.599	-	-	-	-	-	-	5.783.599	
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(71.253.112)</b>	<b>(1.152.594)</b>	<b>-</b>	<b>80.032</b>	<b>(479.266)</b>	<b>(151.440)</b>	<b>(85.886)</b>	<b>(73.143.618)</b>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos registados em Balanço com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	31-12-2012		31-12-2011	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Banco Santander Totta	252.725.313	1.055.682	1.468.297.915	12.994.734
Santander Consumer Finance, S.A.	118.593.400	619.627	56.943.680	380.927
Santander International Debt, S.A.	100.626.533	1.546.755	73.048.053	734.790
Santander Issuances, S.A.	72.968.500	129.285	106.625.375	367.741
Banco Santander, S.A.	38.973.770	655.018	19.829	-
Abbey National, PLC	3.296.106	508	4.799.000	3.888
Grupo Banesto	1.818.180	60.238	42.081.160	1.118.481
	<u>589.001.802</u>	<u>4.067.113</u>	<u>1.751.815.011</u>	<u>15.600.560</u>

Nos exercícios de 2012 e 2011, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Conta de ganhos e perdas					
	2012			2011		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Banco Santander Totta	39.719.020	(29.227.408)	13.701.526	49.382.278	471.860	31.243.670
Santander International Debt, S.A.	3.039.788	3.662.647	4.775.951	998.373	5.160.967	(3.955.896)
Santander Consumer Finance, S.A.	2.253.678	251.755	7.596.622	1.428.861	1.193.240	(4.930.660)
Santander Issuances, S.A.	2.139.138	1.500.665	5.536.537	3.927.222	1.662.204	(17.889.002)
Grupo Banesto	622.897	204.835	114.120	1.755.201	12.869	(2.840)
Banco Santander, S.A.	694.583	-	245.495	49.805	(19.278)	(20.075)
Abbey National, PLC	39.323	22.980	154.634	113.928	56.888	50.000
Santander Central Hispanho Issuances	-	-	-	396.212	374.650	-
	<u>48.508.427</u>	<u>(23.584.526)</u>	<u>32.124.885</u>	<u>58.051.880</u>	<u>8.913.400</u>	<u>4.495.197</u>

As transacções e prestações de serviços com entidades relacionadas são efectuadas a preços de mercado.



INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: Dez/12  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
							unitário	Valor de balanço Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
PTBSP20E0013	Sant Diversi. Invest	1 384 338	51 912 675	100,00	37,50	51 912 675	42,11	58 297 934
PTBTBHO0014	BST 4.74% 21/01/2013	33	1 650 000	100,00	50 000,00	1 650 000	52 293,33	1 725 680
PTCPP60E0021	Sant Totta Rend Eur	1 631 519	81 575 950	100,05	50,03	81 619 788	52,88	86 277 331
PTCPP70E0020	BST 3.25% 21/10/2014	276	13 800 000	93,00	46 501,10	12 834 305	49 826,46	13 752 104
PTCPPE0E0022	S Totta Prem Perf +	1 049 044	52 452 200	100,00	50,00	52 452 200	52,77	55 353 899
PTCPPOE0004	Cred.Predial Port.49	427 469 798	4 274 698	99,82	0,01	4 267 004	0,01	4 272 264
PTCPPROE0027	BST 2.625% 15/04/13	444	22 200 000	97,03	48 514,33	21 540 363	50 887,50	22 594 050
PTCPPUOE0030	STotta Prem Perf+II	218 233	10 911 650	100,00	50,00	10 911 650	52,73	11 507 733
	...							
	sub-total	431 753 685	238 777 173			237 187 984		253 780 995
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	431 753 685	238 777 173			237 187 984		253 780 995
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	482	24 100 000	89,00	44 500,00	21 449 000	39 005,76	18 800 774
ES0213495007	Sant.Consumer 28/16	18	1 800 000	92,82	92 820,00	1 670 760	104 356,58	1 878 418
ES0413440084	Banesto 3.5% 01/16	200	20 000 000	97,79	97 785,44	19 557 088	104 995,64	20 999 128
ES0413495005	Sant C Fin 3.875% 16	18	1 800 000	100,70	100 700,00	1 812 600	102 758,77	1 849 658
ES0413900020	Sant 4% 08/07/2013	90	9 000 000	100,38	100 034,626	9 034 626	104 238,74	9 381 486
ES0413900111	Sant 3.5% 06/02/2014	25	2 500 000	101,19	100 243,00	2 506 075	104 075,00	2 601 875
ES0413900186	Sant 3.875% 27/05/14	16	1 600 000	101,19	101 191,00	1 619 056	109 526,90	1 752 430
ES0413900228	Sant 4.625% 20/01/16	6	600 000	101,02	101 023,00	606 138	106 946,01	641 676
ES0413900244	Sant 4.375% 16/03/15							

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
								unitário	Total
XS0257817915	Santian FRN 14/06/13		66	3.300.000	90,52	45.260,00	2.987.160	49.948,70	3.296.614
XS0261717416	Santian Float 17		890	44.500.000	89,34	44.671,93	39.758.015	41.151,81	36.625.112
XS0291652203	Santian Float 2017		676	33.800.000	88,87	44.436,24	30.038.900	41.260,37	27.892.008
XS0327533617	Santander 17-12		206	10.300.000	100,69	50.346,05	10.371.286	41.653,72	8.580.666
XS0477243843	Santian Float 13		2	100.000	98,23	49.115,00	98.230	50.067,04	100.134
XS0491856265	SANT 3.5% 10/03/2015		706	35.300.000	96,40	48.197,57	34.027.485	51.974,97	36.694.331
XS0531257193	Sant 3.5% 12/08/2014		14	700.000	97,76	48.878,00	684.292	51.218,53	717.059
XS0552177858	Sant Float 27/10/13		31	1.550.000	95,20	47.598,95	1.475.567	50.211,26	1.556.549
XS0616562277	Sant Float 19/04/13		23	2.300.000	98,03	98.031,00	2.254.713	100.435,61	2.310.019
XS0624668801	Sant 4.5% 18/05/2015		5	500.000	98,72	98.719,00	493.595	105.589,96	527.850
XS0651159484	Sant Cons Fin 09/16		1.726	86.300.000	87,34	43.672,15	75.378.125	46.009,92	79.413.126
XS0713861127	SANTA 3.381% 12/2015		108	10.800.000	93,56	93.560,41	10.104.524	101.077,63	10.916.384
XS0544546780	Santian 4.375% 09/14		2	200.000	99,83	99.828,00	199.656	103.820,37	207.641
E S041390103	Santian 4.125% 10/17		552	27.600.000	97,67	48.834,97	26.956.905	52.223,41	28.827.323
XS0828735893	Santian 3.125% 09/15		230	23.000.000	100,65	100.651,22	23.149.780	101.746,36	23.401.662
XS0866906919	Santian 4.625% 03/16		1	100.000	99,85	99.852,00	99.852	105.538,47	105.538
	SANT 4.125% 4/10/17		387	19.350.000	101,16	50.581,50	19.575.041	52.223,41	20.210.460
	...	sub-total	6.480	361.100.000			335.908.469		339.287.921
	1.2.9 - Outros títulos em filiais								
	1.2.10 - Outros títulos em associadas								
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
	...	sub-total	0	0			0		0
	2 - OUTROS	sub-total	6.480	361.100.000			335.908.469		339.287.921
	2.1 - Títulos nacionais	sub-total	431.760.165	599.877.173			573.096.453		593.068.915
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
	2.1.1.1 - Ações								
PTGALOAM0009	Gap Energia SGPS SA		2.476			11,50	28.467	11,76	29.118
PTPTCOAM0009	P.T.telecom -No Em-95		1.464			10,07	14.743	3,75	5.489
PTSNCOAM0006	SonaeCom - SGPS, SA		9.701			1,76	17.049	1,48	14.367
	...	sub-total	13.641	0			60.259		48.973
	2.1.1.2 - Títulos de participação	sub-total	0	0			0		0
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
PTXICEM0007	Explorer - II		86			18.918,68	1.627.007	15.951,50	1.371.829
PTXIFEM0004	Explorer I		9			25.794,91	230.214	16.312,42	145.585
PTNOFAIM0008	Vision Escritórios		30.470			4,73	144.158	4,28	130.369
PTNOFCIM0006	Logística e Distrib.		38.260			6,27	240.013	6,08	232.774
PTNOFJM0009	Ibéria FEI Imobiliár		199.999			5,35	1.069.295	0,96	191.879
PTSELAIE0007	FII - Imosocial		36.155			6,64	240.008	7,34	265.436
PTSELDIM0004	FII Imosaúde		278.162			10,30	2.863.759	11,38	3.164.399
PTYMCBLM0004	Sant. Ações América		229.442			4,03	925.402	4,13	948.436
PTYSADLM0008	Sant. Ações Europa		237.531			4,28	1.017.395	3,48	825.598
PTYSAFLM0006	Sant. Ações Portugal		3.738			22,63	84.614	18,64	69.671
PTYSATLM0000	MultiObrigações		18.194.509			5,88	106.922.735	5,36	97.600.549
	...	sub-total	19.248.361	0			115.364.599		104.946.525
	2.1.1.4 - Outros								
	...	sub-total	0	0			0		0
	2.1.2 - Títulos de dívida	sub-total	19.262.002	0			115.424.858		104.995.498

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE10E0019	OT 4.375% Junho 2014	1 945 000 000	19 450 000	101,84	0,01	19 807 060	0,01	20 089 864
PTOTE30E0017	OT 3.35% 10/15/15	11 193 400 000	111 934 000	96,21	0,01	107 696 030	0,01	110 731 706
PTOTE50E0007	PGB 4.1% 04/15/37	178 000 000	1 780 000	82,78	0,01	1 473 465	0,01	1 230 489
PTOTE60E0006	PGB 4.2% 15/10/2016	2 615 500 000	26 155 000	89,69	0,01	23 457 721	0,01	26 000 041
PTOTEAOE0021	PGB 4.95% 25/10/2023	440 000 000	4 400 000	86,24	0,01	3 794 560	0,01	3 799 936
PTOTECEOE0029	OT 4.8% 15/06/2020	18 313 000 000	183 130 000	98,79	0,01	180 909 716	0,01	168 323 580
PTOTEGOE0009	OT 5.45% Set. 2013	26 608 000 000	266 080 000	99,30	0,01	264 205 367	0,01	273 150 491
PTOTEMOE0027	PGB 4.75% 14/06/2019	9 608 500 000	96 085 000	87,27	0,01	83 857 305	0,01	88 989 847
PTOTENOE0018	PGB 4.45% 15/06/2018	8 601 500 000	86 015 000	98,74	0,01	84 929 558	0,01	81 959 451
PTOTEEOE0017	OT 3.6% 15/10/2014	3 185 000 000	31 850 000	101,63	0,01	32 368 916	0,01	32 089 612
PTOTEYOE0007	PGB 3.85% 15/04/2021	222 500 000	2 225 000	88,39	0,01	1 966 655	0,01	1 874 395
PTPBTBGE0022	PORTB 0% 21/03/2014	900 000	900 000	95,80	0,96	862 200	0,97	870 111
	sub-total	82 911 300 000	830 004 000			805 328 552		809 109 523
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBCQWOM0033	BCP 9.25% 12/10/2014	67	3 350 000	100,00	50 000,00	3 350 000	54 401,37	3 644 892
PTBERLWOM0017	BESPL Float 08/05/13	40	2 000 000	79,00	39 500,00	1 580 000	49 473,55	1 978 942
PTBESWOM0013	BESPL 5,875% 9/11/15	4	400 000	99,67	99 665,00	398 660	103 629,18	414 517
PTBLMGMOM0002	BES 5.625% 05/06/14	136	6 800 000	99,94	49 971,27	6 796 093	52 258,15	7 107 109
PTBRHOM0001	Brisa 4.5% 12/16	795	39 750 000	93,85	46 925,12	37 305 471	50 228,94	39 932 006
PTBSSAOM0005	Brisa 4.797 26/09/13	2 900	2 900 000	94,91	949,10	2 752 400	1 023,75	2 968 870
PTCG16OM0004	CGD 4.375% 13/05/13	118	5 900 000	100,75	50 374,22	5 944 158	51 394,23	6 064 519
PTCG1LOM0007	CXGD 5.125% 19/02/14	153	7 650 000	101,83	50 913,38	7 789 747	52 967,55	8 104 035
PTCG2AOM0009	CGD 4.455% 20/08/17	10 000	10 000 000	100,00	1 000,00	10 000 000	918,82	9 188 238
PTCG32OM0004	CGD 8% 28/09/2015	34 021	34 021 000	100,00	1 000,00	34 021 000	37 110 852	37 110 852
PTCG33OM0006	CGD Float Dec/2017	10 180	10 180 000	101,18	1 011,83	10 300 427	826,41	8 412 849
PTRELAOM0000	RENEPL 6.375% 12/13	148	7 400 000	97,65	48 824,53	7 226 030	52 337,33	7 745 925
XS0214446188	REFER 4% 03/16/15	192	9 600 000	99,58	49 789,50	9 559 594	47 085,83	9 040 480
	sub-total	58 754	139 951 000			137 023 570		141 713 232
	sub-total	82 911 358 754	969 955 000			942 352 122		950 822 756
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
ES0113900J37	Banco Santander SA	3 803			8,70	33 070	6,10	23 198
	sub-total	3 803	0			33 070		23 198
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total	0	0			0		0
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FR0007054358	Lyxor ETF € Stoxx 50	1 135			22,43	25 463	26,28	29 822
GB00B3D8PZ13	Thread Focus-Cred Op	273 000			1,20	326 235	1,20	327 518
IE0033868377	Tukan Fund-B - Eur	0			132,19	11	135,84	11
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	2 353			1 172,07	2 757 344	0,00	0
LU0235308482	Alken Fd- Eur Opp- R	1 856			129,32	240 000	137,54	255 255
LU0252966485	BGF-€ Mark Fund-€D2	14 885			18,21	271 000	18,85	280 574
LU0432616810	INVESCO-BL RISK AL-C	7 433			14,26	105 992	14,56	108 221
US78462F1030	SPDR TRUST SERIES 1	1 756			102,99	180 858	106,41	186 859
	sub-total	302 417	0			3 906 902		1 188 262
	2.2.1.4 -Outros							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	306 220	0			3 939 971		1 211 460
	2.2.2 - Títulos de dívida							



CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
	2.2.2.1 - De dívida pública							
AT0000386198	RAGB 3.5% 15/07/2015	2 100	2 100 000	108,64	1 086,36	2 281 356	1 100,93	2 311 956
BE0000303124	BGB 4.25% 09/28/14	496 000 000	4 960 000	107,74	0,01	5 943 778	0,01	5 367 919
BE0000306150	BGB 3.75 09/28/15	260 000 000	2 600 000	109,37	0,01	2 843 620	0,01	2 873 911
BE0000308172	BGB 4% 28/03/2022	14 000 000	140 000	109,87	0,01	153 814	0,01	168 750
DE0000135267	DBR 3.75% 01/04/15	10 000 000	100 000	97,07	0,01	97 065	0,01	111 273
DE0000135432	DBR 3.25% 04/07/2042	65 000 000	650 000	101,16	0,01	657 540	0,01	816 248
DE0000137339	BKO 1.5% 15/03/2013	27 800 000	278 000	101,35	0,01	281 742	0,01	282 123
DE0000142032	DBR 0% 07/2027	164 700 000	1 647 000	43,28	0,00	712 819	0,01	1 221 015
DE0000142222	DBRR 0% 07/04/13	110 000 000	1 100 000	84,28	0,01	927 111	0,01	1 099 585
DE0000142263	DBRR 0% 04/2037	286 500 000	2 865 000	29,95	0,00	857 953	0,01	1 653 787
ES0000012098	SPGB 4.75% 07/2014	170 500 000	1 705 000	108,61	0,01	1 851 732	0,01	1 784 933
ES00000120G4	SPGB 3.15% 01/16	9 289	9 289 000	95,78	957,78	8 896 829	1 020,26	9 477 177
ES00000120J8	SPGB 3.8% 31/01/2017	12 500	12 500 000	95,01	950,10	11 876 250	1 029,04	12 863 010
ES00000121H0	SPGB 4.25% 01/14	13 900	13 900 000	102,84	1 028,40	14 294 760	1 053,53	14 644 017
ES00000121P3	SPGB 3.3% 10/31/14	22 850	22 850 000	99,57	995,67	22 751 145	1 002,87	22 915 476
ES00000122R7	SPGB 2.5% 31/10/2013	13 830	13 830 000	97,98	979,78	13 550 302	1 004,86	13 897 166
ES00000123L8	SPGB 4% 30/07/2015	264	264 000	99,94	999,42	263 847	1 035,37	273 337
ES001305173	SGLT 0% 17/05/2013	1 000	1 000 000	96,41	964,09	964 087	993,66	993 660
ES0L01306213	SGLT 0% 21/06/2013	21 761	21 761 000	98,44	984,39	21 421 238	991,92	21 585 084
ES0L01310181	SGLT 0% 18/10/2013	1 000	1 000 000	94,91	949,05	949 050	983,63	983 625
ES0L01312138	SGLT 0% 13/12/2013	250	250 000	96,71	967,06	241 764	977,01	244 252
ES0L01402210	SGLT 0% 21/02/2014	800	800 000	96,41	964,06	771 248	972,97	778 379
ES0L01404166	SGLT 0% 16/04/2014	1 600	1 600 000	95,92	959,25	1 534 757	968,40	1 549 435
FR00000187361	FRTR 5% 10/25/16	570 000	570 000	109,97	1,10	626 806	1,18	674 028
FR0000187387	FRTRR 0 10/25/16	10 000 000	10 000 000	68,85	0,69	6 884 800	0,98	9 793 800
FR0000570855	FRTRS 0% 04/25/16	14 000 000	3 500 000	67,44	0,17	2 360 400	0,25	3 453 345
FR0000570939	FRTRR 0% 10/25/19	30 430 000	30 430 000	54,73	0,55	16 654 775	0,91	27 753 377
FR0000570988	FRTRS 0% 10/25/20	17 200 000	4 300 000	53,29	0,13	2 291 590	0,22	3 774 196
FR0000578536	FRTR 0 25/10/32	4 800 000	4 800 000	39,32	0,39	1 887 552	0,55	2 631 072
FR0000578544	FRTRS 0% 10/25/26	36 000 000	9 000 000	37,36	0,09	3 362 040	0,17	6 183 558
FR0010011148	FranceOAT 0 25/10/13	2 050 000	2 050 000	82,71	0,83	1 695 453	1,00	2 047 032
FR0010112052	FRTR 4% 10/25/14	3 450 000	3 450 000	105,69	1,06	3 646 211	1,08	3 720 349
FR0010112532	OAT Strip 25/10/2014	810 000	810 000	86,59	0,87	701 379	1,00	807 457
FR0010163329	CADES 3.625% 04/15	5 750	5 750 000	101,55	1 015,50	5 839 125	1 100,70	6 329 014
FR0010163543	FRTR 3.5% 04/15	75 000	75 000	97,25	0,97	72 934	1,10	82 608
FR0010172494	France OAT Strip 44	18 000 000	4 500 000	24,41	0,06	1 098 450	0,09	1 540 350
IT0001247144	BTPS Strippb 0 11/14	1 285 000 000	12 850 000	60,53	0,01	7 777 963	0,01	12 244 392
IT0001247243	BTPSS 01/11/2019	200 000 000	2 000 000	67,69	0,01	1 353 780	0,01	1 500 520
IT0001278511	BTPS 5.25% 01/11/29	20 000 000	200 000	106,19	1 029,56	2 929 096	1 052,44	2 994 191
IT0003618383	BTPS 4.25% 08/14	2 845	2 845 000	102,96	992,26	2 629 949	1 018,24	2 698 833
IT0004365554	BTPS 4.25 04/13	265	265 000	99,23	0,00	262 949	0,01	269 833
IT0004484835	BTPSH 0 1/11/2023	1 342 000 000	13 420 000	33,20	0,00	4 455 037	0,01	7 546 334
IT00044848492	BTPSH 0 1/5/2031	1 741 000 000	17 410 000	22,89	0,00	3 984 531	0,00	6 197 647
NL0000102689	Nether 4.25% 07/13	1 005 000	1 005 000	104,24	1,04	1 047 622	1,04	1 046 883
NL0010055703	Nether 0.75% 04/2015	1 800 000	1 800 000	101,35	1,01	1 824 354	1,02	1 837 408
	...							
	sub-total	6 332 800 004	248 219 000			184 493 082		220 531 301
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos	0	0			0		0
	2.2.2.3 - De outros emissores							
DE0001397040	DPB 4.5% 10/13/14	56	5 600 000	107,25	107 250,00	6 006 000	104 582,30	5 856 609
DE0001397081	DPB Float 11/15	50	50 000	98,00	980,00	49 000	988,33	48 416
DE0003356911	DEU PF 6% 09/14/15	14 702	14 702 000	111,27	1 112,75	16 359 606	1 158,33	17 033 411
DE0005335483	MUNHYP 4.25% 04/13	895	895 000	101,18	1 011,80	905 561	1 041,67	932 299
DE000A0DMEO1	DEU PF 3.75% 04/15	12 638	12 638 000	93,43	934,35	11 808 274	1 099,53	13 895 835
DE000EHOA2E9	EURHYP 3.25% 10/15	17 649	17 649 000	93,83	938,30	16 560 135	1 079,51	19 062 197

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
DE000NRW1X31	NRW 3.5% 11/16/15	17,393	17,393,000	95,36	953,56	16,585,270	1,092,97	19,010,044
DE000WLB2WL3	ERST 3.625 01/2015	14,390	14,390,000	96,67	966,67	13,910,361	1,097,78	15,796,994
ES0312360003	AYT Cedulas 4% 04/14	14	1,400,000	99,10	99,085,00	1,387,330	101,623,95	1,422,735
ES0413211055	Bbvm 4,25% 07/14	12	1,200,000	100,89	100,894,17	1,210,730	104,418,21	1,253,019
ES0413211782	BBVA 3,5% 5/12/2017	4	400,000	100,00	100,000,00	400,000	100,423,91	401,696
ES0413860299	Sabsm 4,25% 19/09/14	1	100,000	99,99	99,994,00	99,994	103,085,96	103,086
ES0414970238	CABKS 3,375% 30/6/14	18	900,000	99,42	49,710,00	894,780	51,152,72	920,749
ES0414970519	Cabksm 3,75% 05/14	8	400,000	100,98	50,490,00	403,920	51,800,14	414,401
FR0010271148	DEXMA 3,125% 09/15	17,812	17,812,000	92,66	926,58	16,504,203	1,061,33	18,904,327
FR0011236983	CFP 3,375% 01/18/16	17,801	17,801,000	93,76	937,55	16,689,403	1,109,18	19,744,555
FR0011301480	PPFP 3,125% 23/04/19	350	350,000	105,91	1,059,07	370,675	1,104,74	386,659
IT0004576994	COFP 3,157% 06/08/19	4	400,000	101,79	101,786,00	407,144	105,572,05	422,288
US38141GEE08	ELELIM Float 02/2016	350	350,000	91,20	912,00	319,200	948,59	332,008
XS0128842571	G.Sachs 5,35% 01/16	14,140	14,140,000	81,57	815,72	11,534,242	854,72	12,085,743
XS0130171159	RBS 6% 05/10/13	9,875	9,875,000	114,10	1,141,00	11,267,391	1,052,54	10,393,877
XS0165449736	CRDSUI 6,375% 06/13	2,600	2,600,000	120,99	1,209,90	3,145,740	1,055,46	2,744,193
XS0167127447	HBOS 4,875% 2015	29,400	29,400,000	102,53	1,025,30	30,143,927	1,068,33	31,408,966
XS0173790469	RBS 4,875% 04/22/15	9,920	9,920,000	106,74	1,067,37	10,588,321	1,076,42	10,678,133
XS0174443449	Camifer 4,5% 07/13	62	6,200,000	99,87	99,866,00	6,191,692	98,923,29	6,133,244
XS0194605506	BPI Cap Fin Float 49	25,000	25,000,000	85,07	850,70	21,267,500	415,00	10,375,000
XS0195376925	LEBER 4,625% 06/14	7,000	7,000,000	99,32	993,24	6,952,680	1,082,80	7,579,616
XS0196578255	CXGD Float 06/49	54,000	54,000,000	84,78	847,79	45,780,400	380,00	20,520,000
XS0198111667	Telstra 4,75% 07/14	69	3,450,000	101,34	50,670,00	3,496,230	54,294,18	3,746,298
XS0200238649	Citigroup 4,67% 14	175	17,500,000	100,00	100,000,00	17,500,000	107,388,56	18,792,997
XS0201271045	Citigroup 4,435% 14	195	19,500,000	100,08	100,078,97	19,515,400	106,848,38	20,835,434
XS0202875943	BAVB Float 10/14	400	400,000	97,47	974,69	389,876	977,30	390,918
XS0208905173	Earis(70)4,52% 10/07	138	27,600,000	100,03	200,067,83	27,609,360	212,245,10	29,289,823
XS0211034466	Earis Eight 15/12/15	147	14,700,000	100,00	100,000,00	14,700,000	99,488,71	14,624,840
XS0211034540	Goldman Sachs 02/15	500	500,000	98,00	979,99	489,995	986,42	493,209
XS0212401920	GS 4% Feb 2015	12,891	12,891,000	90,87	908,72	11,714,261	1,090,31	14,055,221
XS0213425308	CRDIT Float 02/15	2,572	25,720,000	100,26	10,025,59	25,785,819	9,570,37	24,614,996
XS0213590093	JPM Float 03/15	278	13,900,000	100,40	50,201,72	13,956,079	49,802,72	13,845,157
XS0215743252	ISPM 3,875% 04/15	531	26,550,000	94,92	47,461,02	50,000,000	109,347,27	54,673,635
XS0215823369	BAC 4% 03/23/15	738	36,900,000	98,12	49,060,11	36,206,362	54,676,16	40,351,009
XS0215828913	POR TEL 4,375% 03/17	47,490	47,490,000	79,58	795,77	37,791,115	1,046,18	49,683,160
XS0221295628	Edp Finance 3,75% 15	32,693	32,693,000	100,70	1,007,02	32,922,608	1,029,83	33,668,192
XS0223447227	EDP 4,125% 29/06/20	23,934	23,934,000	78,76	787,61	18,850,766	1,011,12	24,200,159
XS0226062981	Citi 3,5% 08/05/15	320	320,000	99,80	998,03	319,371	1,073,83	343,626
XS0226137403	Cloverie Float 07/25	11	2,750,000	100,00	250,000,00	2,750,000	198,419,33	2,182,613
XS0230957424	CXGD Float 49-15	18,750	18,750,000	77,51	775,10	14,533,050	400,00	7,500,000
XS0231555672	JP Morgan Float 1/15	10	500,000	96,22	48,110,00	481,100	48,618,74	486,187
XS0233976413	Eirles 196 7/11/15	33,700	33,700,000	99,85	998,52	33,649,986	975,71	32,881,457
XS0241369577	CRDIT 3,95% 02/16	80	4,000,000	88,00	44,000,00	3,520,000	50,562,72	4,045,017
XS0250971222	MSFloat 04/13/16	500	500,000	94,33	943,32	471,660	951,77	475,883
XS0255244112	GS 4,5% 05/23/16	2	100,000	98,08	49,040,00	98,080	55,717,66	111,435
XS0256997007	ELE_POR 4,625% 6/16	10,850	10,850,000	99,35	993,49	10,779,367	1,053,10	11,426,090
XS0261832942	Kommunal kredit 4/16	76	3,800,000	100,00	50,000,00	3,800,000	40,400,00	3,070,400
XS0267694444	MS VAR dec 2016	750	750,000	97,65	976,50	732,375	931,91	698,933
XS0276891594	MS Float 29/11/2013	75	75,000	97,58	975,75	73,181	997,02	74,776
XS0284891297	Telefo 4,675% 02/14	8	400,000	103,42	51,711,00	413,688	53,740,50	429,924
XS0285148598	Ugim Float 05/02/14	8	400,000	97,56	48,780,00	390,240	49,510,62	396,085
XS0289527243	Eirles allis 12/2016	2	111,595	100,00	55,797,43	111,595	50,786,06	101,572
XS0294295612	Corsair Fm 20/06/17	4	200,000	47,58	23,790,00	95,160	17,987,86	71,951
XS0302633598	BAC Float 30/05/2014	6	300,000	98,42	49,207,50	295,245	49,497,69	296,986
XS0304816076	TITIM Float 07/06/16	11	550,000	92,80	46,400,00	510,400	47,334,03	520,674
XS0308948040	City Vol Jul 17	10	1,000,000	99,33	99,332,00	993,320	101,513,56	1,015,136

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
								unitário	Total
XS0811512288	JPM CPPI Jul 2015		150	7 500 000	100,00	50 000,00	7 500 000	63 924,70	9 588 705
XS0335880463	JPM 5.25% 01/14/15		60	3 000 000	99,63	49 814,50	2 988 870	56 965,70	3 417 942
XS0339184706	XENON Capital 2016		45	4 500 000	41,38	41 380,80	1 862 136	81 098,26	3 649 422
XS0368055959	Telef 5.58% 12/06/13		7	350 000	104,31	52 156,50	365 096	52 486,20	367 403
XS0408528833	BBVA SM 4.875% 01/14		20	1 000 000	101,71	50 856,50	1 017 130	53 535,98	1 070 720
XS0413462721	EDP FIN 5.50% 02/14		18 805	18 805 000	96,71	967,06	18 185 536	1 077,29	20 258 380
XS0415108892	Iber 4.875% 04/03/14		51	2 550 000	103,56	51 780,10	2 640 785	54 018,46	2 754 941
XS0426126180	PORTEL 6% 04/30/13		8 195	8 195 000	99,20	991,99	8 129 360	1 053,44	8 632 927
XS0435879605	ELEPOR 4.75% 09/16		35 145	35 145 000	86,51	865,09	30 403 690	1 045,12	36 730 957
XS0436905621	Gas Nat 5.25% 07/14		10	500 000	103,73	51 863,50	518 635	53 988,25	539 683
XS0462994343	PORTEL 5% 11/04/19		98 054	98 054 000	78,48	784,81	76 953 347	1 012,83	99 312 000
XS0495010133	EDP 3.25% 16/03/2015		30 655	30 655 000	88,03	880,28	26 984 834	1 026,91	31 479 955
XS0496281618	Rabobk 6.875% 03/20		6	300 000	105,70	52 850,00	317 100	58 462,33	350 774
XS0505141290	BESPL 3% 19/05/2015		1	50 000	98,88	49 437,50	49 438	50 103,18	50 103
XS0540187894	Telef 3.661% 09/17		432	21 600 000	87,85	43 923,73	18 975 050	52 552,58	22 702 716
XS0582801865	ICO 5.125% 25/01/16		900	900 000	105,86	1 058,61	952 751	1 083,98	975 581
XS0586598350	EDP 5.875% 01/02/16		61 826	61 826 000	89,73	897,33	55 478 225	1 111,92	68 745 642
XS0587805457	PT 5.625% 08/02/2016		54 461	54 461 000	87,49	874,95	47 650 448	1 100,41	59 929 420
XS0591586788	Reesm 4.75% 02/18		143	14 300 000	104,79	1 047 888,09	14 984 696	112 831,38	16 134 888
XS0613543957	ICO 5% 05/07/2016		900	900 000	102,51	1 025,08	922 572	1 049,81	944 827
XS0614190477	IBESM 4.625% 04/2017		104	10 400 000	94,40	9 817,150	9 817 150	112 306,56	11 679 882
XS0624833421	ISPIM Float 12/05/14		3	300 000	98,85	98 845,00	296 535	99 698,72	299 096
XS0725405228	INTNED 4% 23/12/2016		600	600 000	108,21	1 082,10	649 260	1 103,33	661 997
XS0741942576	GasSM 5% 13/02/2018		196	19 600 000	99,97	99 970,00	19 594 120	114 024,66	22 348 833
XS0746276335	Telefo 4.797% 02/18		95	9 500 000	100,47	100 470,00	9 544 650	113 148,88	10 749 143
XS0754588787	UCGIM 4.875% 03/2017		200	200 000	105,94	1 059,42	211 894	1 107,17	221 434
XS0755611729	POPSM 3.625% 09/13		3	300 000	99,82	99 817,000	299 451	99 805,63	299 417
XS0784031527	Bacr Float 30/07/14		1	100 000	99,95	99 950,000	99 950	100 728,89	100 729
XS0829290708	LPTY 2.5% 19/09/2016		390	390 000	100,99	1 009,94	393 877	1 036,87	404 381
XS0830811393	Monte 4.875% 09/2014		100	100 000	99,78	997,81	99 781	1 014,20	1 014 200
XS0831842645	ELEPOR 5.75% 09/17		16 672	16 672 000	103,14	1 031,35	17 194 709	1 086,07	18 106 934
XS0833631343	CAFP 2.875% 25/09/15		100	100 000	99,84	998,36	99 836	1 048,11	1 048 111
XS0836318997	BBVASM 3.625% 10/14		17	1 700 000	99,95	99 947,06	1 699 100	101 930,84	1 732 824
XS0843939918	Portel 5.875% 04/18		11 650	11 650 000	100,30	1 003,01	11 685 055	1 049,73	12 229 388
XS0853682069	SRGIM 3.5% 2/20		200	200 000	99,65	996,46	199 292	1 048,71	209 742
XS0859920406	AEMSPA 4.5% 28/11/19		100	100 000	99,72	997,18	99 718	1 042,87	1 042 287
XS0866278921	CAFP 1.875% 19/12/17		384	384 000	99,61	996,13	382 514	1 001,48	384 567
	...		795 249	1 152 236 595			1 067 137 549		1 152 773 166
			6 333 595 253	1 400 455 595			1 251 630 631		1 373 304 467
	2.3 - Derivados de negociação								
	Swaps								
	Futuros								
	2.4 - Derivados de cobertura								
	...								
	3 - TOTAL GERAL								
			89 264 522 229	2 370 410 595			2 313 347 582		2 481 579 970
			<b>89 696 282 394</b>	<b>2 970 287 768</b>			<b>2 886 444 035</b>		<b>3 084 648 885</b>

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2012  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.  
 Nº de identificação: 1156  
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	24 489 183	10 586 808	8 243 818	-5 658 557
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	9 981	7 374	5 830	3 223
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				0
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL				0
-OUTRAS COBERTURAS				0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				0
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS				0
<b>TOTAL</b>	9 981	7 374	5 830	3 223
<b>TOTAL GERAL</b>	24 499 164	10 594 182	8 249 648	-5 655 334

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Ano: 2012  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

Anexo 3

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - -prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>SEGURO DIRECTO</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	22 942	0	-921	22 021
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				0
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL				0
-OUTRAS COBERTURAS				0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				0
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS				0
<b>TOTAL</b>	22 942	0	-921	22 021
<b>RESSEGURO ACEITE</b>				0
<b>TOTAL GERAL</b>	22 942	0	-921	22 021

**DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS**

Ano: 2012  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros Companhia de Seguros de Vida, S.A.  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

**Anexo 4**

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos *	Prémios brutos adquiridos *	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldos de Resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	1 532 798	1 541 754	22 021	338 747	369 211
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	0	0	0	0	0
AUTOMÓVEL					
-RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0	0
-OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	0	0	0	0	0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	0	0	0	0	0
DIVERSOS	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1 532 798</b>	<b>1 541 754</b>	<b>22 021</b>	<b>338 747</b>	<b>369 211</b>
RESSEGURO ACEITE	0	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1 532 798</b>	<b>1 541 754</b>	<b>22 021</b>	<b>338 747</b>	<b>369 211</b>

NOTAS:

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

Relatório e Parecer  
do  
Conselho Fiscal